



Laís de Oliveira Ramalho

Entre Planos e Fugas:

Narrando histórias da relação corpo-cidade no

Rio de Janeiro

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais

Orientadora: Profa. Isabel Rocha de Siqueira

Rio de Janeiro

Fevereiro de 2018



Laís de Oliveira Ramalho

Entre Planos e Fugas:

Narrando histórias da relação corpo-cidade no

Rio de Janeiro

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profa. Isabel Rocha de Siqueira

Orientadora

Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

Profa. Marta Regina Fernández y Garcia Moreno

Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

Profa. Soraya Silveira Simões

UFRJ

Prof. Augusto Cesar Pinheiro da Silva

Vice-Decano de Pós-Graduação do Centro de Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2018

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Laís de Oliveira Ramalho

Laís de Oliveira Ramalho tem título de Bacharela em Relações internacionais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e de Mestre em Relações Internacionais pela PUC-Rio.

Ficha Catalográfica

Ramalho, Laís de Oliveira

Entre planos e fugas : narrando histórias da relação corpocidade no Rio de Janeiro / Laís de Oliveira Ramalho ; orientadora: Isabel Rocha de Siqueira. – 2018.

106 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2018.

Inclui bibliografia

1. Relações Internacionais – Teses. 2. Rio de Janeiro. 3. Desigualdade. 4. Planejamento urbano. I. Rocha de Siqueira, Isabel. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Instituto de Relações Internacionais. III. Título.

CDD: 327

Ao meu tio, Rodrigo Antonio, que agora
é estrela no céu e lembrança boa na terra.

Agradecimentos

Esses dois anos de mestrado acadêmico foram muito desafiadores. Neste percurso, no entanto, não faltaram os dias felizes, as pequenas e grandes vitórias, o alento da solidariedade e muito amor daqueles que estiveram à minha volta.

Agradeço a Deus, que sei que age de formas misteriosas na minha vida e me segura sempre que não vejo o chão à frente;

À minha avó Deolinda, companheira de sonhos, torcedora oficial, confidente em todos os momentos, psicóloga nas horas difíceis e que nas tardes de estudo, aparece com um café fresquinho e fica para um dedo de prosa;

Aos meus pais, Simone e Silvio Cesar, pelo apoio e confiança incondicional;

À minha tia Tânia Maria, parceira de aventuras;

Ao meu irmão pelo carinho traduzido em caronas entre os eixos da minha vida, de Santa Cruz a Botafogo e de Botafogo a Santa Cruz;

A Rodrigo Antonio e Samuel, que, embora tenham partido, ainda são parte essencial de mim;

À Layla, por ser a alegria da casa sempre;

À toda a minha família, pelo amor;

À minha orientadora, Isabel, que foi figura fundamental na realização deste trabalho, como amiga, conselheira e incentivadora;

Aos amigos que encontrei na PUC, alunos e professores, surpresas maravilhosas nessa trajetória;

A Ricardo, Luiz, Pedro, Luciana, Thais, Yuri, Marcelle e Eliza pela calorosa acolhida e por mostrar que bons amigos se fazem em qualquer idade;

Aos três mosqueteiros, fiéis escudeiros, Phelipe, Tamirys e Barbara, pela torcida incansável, pelos conselhos carinhosos e por serem tudo e mais um pouco;

À Gabriela, amiga dedicada, por me ensinar a sonhar e acreditar que é possível;

À Alinne, amiga e colega de quarto, que salvou muitas horas de estudo todas as vezes que perguntou “quer alguma coisa do mercado?”;

À Camila e Thuany, amigas de sempre e para sempre;

À Carol e Thiago pelo afeto, pelas risadas e pelo vinho esguichado na parede;

À professora Marta Fernández, não só pela grande contribuição acadêmica, mas também pelo carinho e atenção a mim dispensados na leitura do projeto deste trabalho;

Às professoras Marta Fernández, Soraya Simões e Maíra Siman, que gentilmente aceitaram fazer parte da banca de defesa deste trabalho;

Aos fotógrafos Alex Ribeiro, Isabela Kassow, Márcia Foletto, Ricardo Borges, Thales Moraes e à Mídia Ninja que prontamente concordaram em ceder as imagens do Rio de Janeiro contemporâneo que compõem este trabalho;

Ao Museu da República, que cedeu as fotografias históricas de Antonio Malta que ilustram este trabalho;

Aos entrevistados, pela imensa contribuição e por me contarem como é ver a cidade a partir de outros olhos;

À CAPES, pela bolsa de fomento que possibilitou esta pesquisa;

Às pessoas que apoiam, incentivam e trabalham pelo livre acesso ao conhecimento, especialmente as russas, por tornarem possível a realização deste trabalho;

À cidade do Rio de Janeiro, que se abriu como flor, não me poupou de suas cores, formas, cheiros e texturas; que, ainda misteriosa, me contou histórias lindas, sujas, hilárias, tristes, verdadeiras e inexatas que são a vida do povo carioca.

Resumo

Ramalho, Laís de Oliveira; de Siqueira, Isabel Rocha (Orientadora). **Entre Planos e Fugas: Narrando Histórias da Relação Corpo-Cidade no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2018, 106p. Dissertação de Mestrado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Em um mundo que, pouco a pouco, é dominado pela urbanização, observar a realidade citadina significa observar de perto a vida da maior parte dos habitantes do planeta. Nas Relações Internacionais, esse movimento é algo que Matt Davies chama de “encontrar o internacional no *everyday*” (2016, p.2). Este trabalho observa a cidade do Rio de Janeiro como laboratório de análise das desigualdades, exclusões e marginalizações comumente manifestadas no espaço urbano. Levando em conta as especificidades do Rio de Janeiro como cidade pós-colonial, e o papel outrora conferido ao planejamento urbano como instrumento do aperfeiçoamento da ordem social, este trabalho investiga as contínuas negociações, brandas ou fortes, entre conformações e rupturas, dos indivíduos com as formas e normas da cidade. Partindo do ponto de vista de alguns dos grupos marginalizados no Rio de Janeiro, através de uma metodologia de *standpoint* e da narrativa de *estórias*, busca-se ressaltar as insuficiências do planejamento urbano frente à complexidade do *everyday* carioca e discutir sua tendência de criar fronteiras que delimitam acessos condicionados à cidade baseados em fatores como raça, gênero e classe socioeconômica.

Palavras-chave

Rio de Janeiro; Desigualdade; Planejamento Urbano.

Abstract

Ramalho, Laís de Oliveira; de Siqueira, Isabel Rocha (Advisor). **Between Plans and Escapements: Narrating Body-City Relationships in Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2018, 106p. Dissertação de Mestrado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

In a world that is, little by little, dominated by urbanization, to observe the city's reality is to closely observe the life of the majority of the planet's inhabitants. In International Relations, this movement is something that Matt Davies calls "finding the international in the everyday" (2016, p.2). This dissertation observes the city of Rio de Janeiro as a laboratory for analyzing inequality, exclusions and marginalization commonly manifested in the urban space. Taking into account the specificities of Rio de Janeiro as a postcolonial city, and the role formerly conferred to urban planning as an instrument for the improvement of social order, this work investigates the continuous negotiations, soft or hard, between conformation and rupture, of individuals with the city's forms and norms. From the point of view of some of the marginalized groups in Rio de Janeiro, through a standpoint methodology and narrative, the aim is to highlight the inadequacies of urban planning in face of the complexity of the *Carioca* "everyday" and to discuss the tendency to create borders that condition the access to the city based on factors such as race, gender and socioeconomic class.

Keywords

Rio de Janeiro; Inequality; Urban Planning.

Sumário

1. Introdução: Das histórias da cidade	14
1.1. Do que é dito da cidade	18
1.2. Das estórias cariocas	21
2. O planejamento urbano modernista	23
2.1. O Bota-Abaixo: Violência e Civilização	24
2.2. Planejamento urbano: uma discussão científica	30
2.3. Casas Públicas	43
3. Disciplina e subversão: uma cidade, várias cidades	59
3.1. Exclusões: a agência das coisas e outros fenômenos	59
3.2. Roteiro e Improviso	67
3.2.1. Intrusões	68
4. A cidade: um problema, uma solução	78
4.1. Pontos de vista: a contribuição feminista	78
4.2. O direito à cidade	83
4.3. Do mundo para a cidade e da cidade para o mundo	89
5. Conclusão	94
6. Referências bibliográficas	100
Anexo I	105

Lista de figuras

Figura 1 - Pedra do Sal, local famoso pelas rodas de samba (2011). Foto: Mapa de Cultura/ Diadorim Ideias/ Isabela Kassow	20
Figura 2 - Solenidade de abertura oficial das obras de construção da Avenida Central (1904). Foto: Museu da República/IBRAN/MINC (Nº de autorização 02/2018)	26
Figura 3 - Avenida Central durante os trabalhos de pavimentação (1905). Foto: Museu da República/IBRAN/MINC (Nº de autorização 02/2018)	27
Figura 4 - O Theatro Municipal (1908). Foto: Museu da República/IBRAN/MINC (Nº de autorização 02/2018)	28
Figura 5 - Casa parcialmente demolida na Vila Autódromo (ano não informado). Foto: Ricardo Borges	44
Figura 6 - As casas entregues pela prefeitura na Vila Autódromo (ano não informado). Foto: Ricardo Borges	50
Figura 7 - Fachada das Lojas Americanas na rua Voluntários da Pátria, em Botafogo (2018). Foto própria	52
Figura 8 - Moradores de rua se banham no Chafariz do Largo do Machado (2015). Foto: Alex Ribeiro	55
Figura 9 - Moradores de rua se banham no Chafariz do Largo do Machado (2015). Foto: Alex Ribeiro	55
Figura 10 - Moradores de rua se banham no	

Chafariz do Largo do Machado (2015). Foto: Alex Ribeiro	55
Figura 11 - Homem vasculha uma caçamba da Comlurb (ano não informado). Foto: Ricardo Borges	57
Figura 12 - Passageiro entra sem pagar na estação Curral Falso, transformada em loja de guloseimas, do BRT em Santa Cruz (2018). Foto: Márcia Foletto	60
Figura 13 – Rapaz negro observa guardas municipais. Entre eles, um muro (ano não informado). Foto: Ricardo Borges	65
Figura 14 – Baile Charme de Madureira. O evento tradicional da região acontece debaixo do viaduto (2011). Foto: Mapa de Cultura/ Diadorim Ideias/ Isabela Kassow	67
Figura 15 – Rolêzinho no Shopping Leblon (2014). Foto: Mídia Ninja	74
Figura 16 – Cartaz “SOMOS TODOS IGUAIS” no rolêzinho do Shopping Leblon (2014). Foto: Mídia Ninja	76
Figura 17 – A praia em três pontos de vista: cores, superpovoamento e confusão (ano não informado). Foto: Ricardo Borges	86
Figura 18 - A praia em três pontos de vista: cores, superpovoamento e confusão (ano não informado). Foto: Ricardo Borges	86
Figura 19 – A praia em três pontos de vista: cores, superpovoamento e confusão (ano não informado). Foto: Ricardo Borges	86
Figura 20 - Jovem em protesto do tipo “Ocupa” (ano não informado). Foto: Ricardo Borges	88
Figura 21 – Grafite da série “A RUA É TUA”	

em Botafogo (2017). Foto: Thales Moraes

98

To gather oneself, so to speak, was physically impossible. One learned very early to have the greatest concentration amid the greatest disruption. The idea that every “I” is largely made up of others and by the others wasn’t theoretical; it was a reality. To be alive meant to collide continually with the existence of others and to be collided with...

Elena Ferrante, 2016¹

¹ Elena Ferrante é o pseudônimo de uma escritora italiana cuja obra mais conhecida é a tetratologia “Série Napolitana” com o primeiro livro “Amiga Genial” (2015). A citação acima foi dita em entrevista: https://www.newyorker.com/books/page-turner/writing-is-an-act-of-pride-a-conversation-with-elena-ferrante?mbid=social_facebook.

Introdução: Das histórias da cidade

Nos bairros pobres, o dia começa ainda na madrugada com um gole de café coado sob a luz fluorescente da cozinha e uma caminhada solitária nas ruas escuras até a estação de trem. Nas plataformas cinza, os pagantes dividem espaço com os viajantes subversivamente isentos, garotos que saltam os muros em grupos, para pegar o próximo trem.

Nos bairros nobres, a proximidade encurta os deslocamentos e prolonga o sono. O dia começa com o céu claro e o café vem em copos *Starbucks* ou é extraído de capsulas descartáveis. As praias e as ruas arborizadas são um convite à caminhada. Calçadões e ciclovias são ocupados por pedestres, ciclistas e carrinhos de bebê. O transporte público não é perfeito, mas é menos degradante: mais opções, menores intervalos, melhor manutenção.

Nas favelas pela manhã, verifica-se o clima antes de sair de casa. A preocupação não é meteorológica. Ela tem mais a ver com a chuva de projéteis que costuma acontecer dia sim, dia não. A conta do pingado na birosca fica *pendurada* para depois. Degraus e vielas formam o longo caminho até o asfalto, onde se pode acessar o transporte.

Esta narrativa não é exclusivamente carioca. Relevadas as devidas especificidades, ela evidencia pelo menos um dos fenômenos que constituem a experiência diária de outros milhões de indivíduos que habitam as grandes cidades do Sul Global: a desigualdade.

Estes são apenas três dos muitos Rios de Janeiro, que se afastam e colidem diariamente. Talvez a história da cidade possa ser entendida, antes de qualquer outra coisa, como uma narrativa de encontros, que podem ser observados através do que existe de material e de subjetivo no espaço urbano.

Em um mundo que, pouco a pouco, é dominado pela urbanização, observar a realidade citadina significa analisar de perto a vida da maior parte dos habitantes do planeta. Nas Relações Internacionais, este movimento é compatível com o que Matt Davies chama de “encontrar o internacional no *everyday*” (2016, p.2). Isto é, entender como as rotinas estão impregnadas por fenômenos globais.

Neste trabalho, busquei tratar a cidade não apenas como um simples cenário. Levei-a em conta como um agente, um ator, que modifica, afeta e transforma as vidas que perfazem seu espaço.

Por outro lado, a cidade também é modificada, afetada e transformada diariamente. Como as exclusões, o abandono e a escassez de recursos dominam o cotidiano de certos grupos, só lhes resta responder com grandes ou pequenas subversões do uso dos espaços, que podem ser protesto e/ou estratégia de sobrevivência. Justamente porque a parcela mais pobre da população não é beneficiária das políticas que modelam e regem a cidade, é que surge dela o ímpeto de reinventá-la.

Meu propósito nesta dissertação foi investigar essa mútua agência que se transfigura no que Shapiro considerou no livro *The Time of the City* (2010) a “relação corpo-cidade”. O plano e a fuga são apenas faces extremas de um espectro de interações que se dão entre os indivíduos e o meio urbano. Admito que há todo um universo de possibilidades entre eles e admito também a impossibilidade de abordar todos eles no escopo deste trabalho.

No que diz respeito ao planejamento urbano, fica nítido que modificar a cidade é um método para modificar os modos de vida. Ou seja, reformar o meio urbano pode significar também práticas de civilização, de modernização ou de auto colonização. Não obstante, o debate sobre o planejamento costuma perpassar temas como as práticas de exclusão, as políticas de afastamento, o desmonte de certas comunidades e o ataque aos modos de vida não-convencionais. Não pretendi, no entanto, questionar a racionalidade ou a eventualidade por trás das ações dos indivíduos comuns. Sejam elas calculadas ou repentinas, meu interesse foi estudar seus efeitos e significados no cotidiano carioca.

Da mesma forma – e aproveitando a oportunidade para fazer uma crítica ao planejamento urbano (modernista) e sua pretensão em ser uma ciência exata – não nutri qualquer aspiração a respeito de produzir ou encontrar um conhecimento exato ou irretocável sobre a cidade e seus atores. Ao contrário disso, investi nas perguntas, nos questionamentos à autoridade do planejamento e busquei trazer à discussão pontos de vista frequentemente ignorados pelas *formas* e *normas* da cidade.

As entrevistas que compõem esta dissertação têm justamente esse propósito: apresentar vivências que escapam do eixo central (seja pela localização ou pela

classe socioeconômica) contemplado pelas políticas públicas da cidade do Rio de Janeiro. Realizadas entre novembro de 2017 e janeiro de 2018 (a maioria delas através da forma de comunicação mais difundida entre *quase* todas as classes sociais cariocas, o *WhatsApp*), elas traduzem algumas das experiências cotidianas do Rio de Janeiro contemporâneo. Optei por nomear os entrevistados de *Casas Públicas* porque eles tratam de um caso específico, as remoções na comunidade Vila Autódromo. Além disso, acredito que enriquece a seção o fato de que o caso seja comentado por três pessoas que, embora envolvidas no caso, estiveram em posições bastante diferentes: uma moradora, uma acadêmica e um curador de projeto artístico.

No caso *Intrusões*, as informações são resultado da minha própria observação enquanto passageira, além de inúmeras entrevistas com os personagens dos trens urbanos cariocas. Decidi apresentar essas informações exatamente como elas vieram a mim: esparsas, cacofônicas. No Anexo I, constam nome, idade, data e o modo pelo qual foram realizadas as entrevistas.

Reconheço que o que eu (acho que) sei da cidade também domina estas páginas. Elas estão tomadas, aliás, por escolhas metodológicas que traduzem sentimentos e histórias pessoais. Eu respiro essas páginas quando vou de Santa Cruz a Botafogo (os eixos nos quais está dividida a minha vida), quando pego o trem e vejo os vendedores ambulantes e penso como meu avô, Samuel, já foi um deles, quando acho graça ao lembrar de um morador de São Conrado reclamando no telejornal sobre o quanto seu bairro é abandonado, quando tenho medo de caminhar na Zona Oeste em horários em que acho perfeitamente razoável caminhar na Zona Sul.

Em *Autobiographical International Relations* (2011), Naeem Inayatullah apresenta uma das questões que propõe frequentemente aos seus alunos: “o que o seu tópico de estudo significa para você como pessoa?” (p.10).

Na tentativa de responder à pergunta, percebi que as questões que compõem esta dissertação se originaram da minha relação com o Rio de Janeiro: meus caminhos diários, minha mudança de bairros e zonas, as histórias da minha família que narram um Rio tão diferente e ao mesmo tempo tão similar ao que observo hoje. Esse tema de pesquisa significa, para mim, refletir sobre minha própria vida e a daqueles ao meu redor como trajetórias que não passa(ra)m intocadas pelos processos e

estruturas da cidade. Vidas que resultam das permissões e negativas dadas tanto pelo espaço quanto pelas regras que compõem este meio urbano.

O Rio de Janeiro é um caso curioso porque suas disparidades saltam aos olhos. A cidade que já era Maravilhosa e, agora é também Olímpica, carrega o estigma do altíssimo grau de violência, de pobreza e de corrupção, que acabou dominando o imaginário carioca sob a alcunha de “malandragem” ou “jeitinho”.

Não preciso extrapolar muito além da minha própria experiência para visualizar a desigualdade como parte fundamental da vida carioca. Santa Cruz, o bairro onde nasci e onde minha família ainda vive, tinha, em 2010, Índice de Desenvolvimento Social² (IDS) de 0,527. Em Botafogo, onde vivo hoje, o Índice era de 0,733 no mesmo ano (Instituto Pereira Passos, 2010), um número consideravelmente superior.

Os números atestam a desigualdade, mas as ruas também falam. Está nas calçadas, nos muros, nos carros, nas paisagens, nas roupas, no linguajar, nos horários em que se sai de casa para trabalhar. A situação socioeconômica desses dois bairros está refletida nos fatores mais corriqueiros da vida de seus habitantes.

Peculiaridades à parte, escolhi o Rio de Janeiro como recorte para esta dissertação pelos laços já estabelecidos com a cidade, pela possibilidade de observação diária e por ser ele próprio a minha inspiração para pesquisar. Não obstante, acredito no Rio de Janeiro como escolha valiosa para este estudo porque a cidade já foi palco de mais de um ambicioso empreendimento de reforma do espaço urbano³, que demonstram a autoridade do planejamento urbano. Também porque a cidade parece abrigar uma incansável criatividade espacial e ser constantemente tomada por novos e inesperados usos do espaço urbano em forma de improvisos que subvertem seu propósito original.

² O Índice de Desenvolvimento Social (IDS) é calculado com base nos seguintes indicadores: abastecimento de água, serviço de esgoto, coleta de lixo, número de banheiros por número de moradores no domicílio, taxa de analfabetismo e rendimento domiciliar per capita (Instituto Pereira Passos, 2010).

³ Refiro-me ao Bota-Abaixo promovido pelo então prefeito Francisco Pereira Passos na primeira década do século XX (uma clara ilustração da violência do planejamento urbano modernista) e às grandes obras de infraestrutura entregues em 2016 (como a criação da linha 4 do metrô e a ampliação do Elevado do Joá) cujo principal objetivo foi inaugurar uma nova fase do Rio de Janeiro: a Cidade Olímpica.

1.1

Do que é dito da cidade

"Você não pode brincar de Deus sem estar familiarizado com o Diabo", é uma sentença proferida pelo cientista-deus, ou doutor Robert Ford, na série de TV norte-americana *Westworld*⁴ (2016). A jornalista Jane Jacobs provavelmente concordaria com este pensamento, especialmente se ele fosse interpretado como uma metáfora para o planejamento urbano modernista. Na obra *Morte e Vida das Grandes Cidades* (1961), livro em que ataca veementemente o planejamento urbano, Jacobs apresenta e desconstrói a cidade-obra-de-arte de planejadores como Le Corbusier e Haussmann, que cortaram, descartaram e remontaram as peças dos espaços urbanos mais diversos ao redor do mundo com o ímpeto de produzir a cidade perfeita. Nas palavras de James Scott, esses empreendimentos se assemelham aos de alfaiates que cortam não só a roupa, mas também o freguês (1998, p.146), e demonstram como o planejamento urbano modernista foi encarado como uma forma de produzir algo que a cidade, na concepção desses urbanistas, deveria ser e, não, para solucionar os problemas do que a cidade é. É seguro dizer que o planejamento urbano modernista foi tomado de assalto por aspirações desenvolvimentistas que buscaram reformar vidas e espaços com o propósito de garantir a perfectibilidade da ordem social (Ibid., p.93). Essa mesma lógica impulsionou o papel reformista concedido à “racionalidade científica e expertise técnica do Ocidente” de levar, através do desenvolvimento, a prosperidade econômica e política aos países pobres em meados do século XX (Harding, 2011, p.2).

Nas lógicas tradicionais do planejamento ou do desenvolvimento, prevalece o propósito de estabelecer uma nova ordem social. Assim, a cidade é um palimpsesto. Um espaço para apagar e reescrever, dismantelar e reconstruir. Mas é no fazer e refazer desse espaço, que algo maior e mais complexo se desfaz. Os traços do desenho urbano não atingem apenas o que há de concreto, eles cortam e manipulam um tecido vivo (Scott, 1998, p.139). A cidade é, de fato, uma *assemblage* de materiais humanos e não-humanos (Coward 2010, p.468). Neste espírito, Jan Gehl afirma, no revolucionário *Cidades para Pessoas* (2015), que a forma em si é

⁴ Na série norte-americana, Robert Ford cria andróides chamados *anfitriões* como atração e entretenimento do parque de experiência imersiva chamado *Westworld*. Além de se parecerem com humanos, os *anfitriões* também são capazes de sentir e demonstrar emoções humanas que os permitem interagir entre si e com os visitantes.

simples escultura; a boa arquitetura só pode nascer da combinação entre a forma e a vida.

Fazendo uma analogia entre a arte da observação e o estudo da história, Thomas Smith explica que é preciso dar alguns passos para trás para conseguir colocar em foco uma pintura impressionista ou a fachada de uma igreja (1999, p.3). Ver a cidade de fora e do alto, como os modernistas, é dar esses passos para trás, priorizando a visão da forma, da estrutura e das simetrias. Entretanto, é se aproximando de uma pintura, da fachada de uma igreja ou de uma cidade que ficam visíveis os detalhes, as texturas e a complexidade que compõem aquele todo.

A cidade é um modo de vida. A cidade é considerada uma das mais bem-sucedidas “tecnologias sociais ancestrais” (Khanna, 2016, p.280). E o aspecto entendido como ponto-chave para seu sucesso, hoje, é sem dúvida, a oferta de diversidade. Mundialmente falando, a experiência cidadina não só proporciona maiores oportunidades de emprego, educação e acesso aos mais variados tipos de serviços, mas também insere o cidadão em uma miscelânea cultural. De acordo com Warf, “esbarrar os ombros com imigrantes” nas calçadas e confrontar a diversidade diariamente faz com que os indivíduos das grandes cidades estejam mais propensos a adotar uma atitude mais tolerante (2015, p.927).

Não é coincidência que as cidades sejam frequentemente consideradas à frente, em relação às áreas rurais, em questões como imigração, diversidade linguística, religiosa e sexual, além de apresentarem padrões de voto mais progressistas e liberais (Ibid., p.939). No entanto, é importante refletir sobre este fator considerando que o Rio de Janeiro elegeu em 2016 um prefeito de perfil conservador e religioso, Marcelo Crivella, que vai de encontro a esta suposta tendência progressista. Uma das grandes discussões sobre seu mandato é justamente a postura do prefeito em relação ao Carnaval e outras festividades não religiosas tradicionais das ruas do Rio de Janeiro, como as rodas de samba⁵. Contudo, de forma geral, a pluralidade é conhecida como parte “constitutiva da experiência da vida na cidade” (Coward, 2011, p.470). E viver na cidade significa submeter-se à experiência de “estar entre outros” (Ibid., p.471).

⁵ Veja mais na matéria “Ocupar ou não ocupar: rodas de samba e eventos de rua enfrentam restrições no Rio”: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/11/03/ocupar-ou-nao-ocupar-rodas-de-samba-e-eventos-de-rua-enfrentam-proibicoes-no-rio.htm>.



Pedra do Sal, local famoso pelas rodas de samba (2011). Foto: Mapa de Cultura/ Diadorim Ideias/ Isabela Kassow.

A cidade é um problema e uma solução. A diversidade é parte indissociável do que significa viver na cidade. Entretanto, além de processos de negociação e coexistência, que admitem determinada pluralidade, também se estabelecem zonas de exclusão. Há um processo de delimitação dos cidadãos pertencentes e não-pertencentes (Coward, 2011, p.471). No meio urbano, diferença e desigualdade parecem caminhar lado a lado. Reforça essa percepção o recorrente fato de que a desigualdade é mais expressiva em sociedades com maior densidade populacional (Glaser, Resseger & Tobio, 2008, p.2).

Enquanto a diversidade é considerada um fator positivo da experiência cidadina – sendo responsável por gerar tolerância e promover um ambiente plural e participativo – ela esbarra em diferentes níveis de cidadania acessíveis aos seus habitantes. A desigualdade se produz também a partir de processos de validação (e não validação) de certos modos de vida. Esta inclusão/exclusão foi um dos movimentos mais característicos do planejamento urbano modernista (Scott, 1998, p.93), que estabeleceu os únicos modos “certos” de viver, promovendo uma divisão

entre cidadãos e párias, entre aqueles que se conformavam ao adestramento e os que pretendiam escapar da autoridade.

Em relação aos modos de vida, no Rio de Janeiro do século XIX, a caça aos capoeiras se configurou como uma forma de controle ao homem negro, então considerado “por princípio avesso ao trabalho, disposto permanentemente à desordem e predisposto ao crime” (Dias, 2001, p.95). Já no início do século XX, no que concerne à materialidade do espaço urbano, o “Bota-Abaixo”, levado a cabo pelo então prefeito Francisco Pereira Passos desmantelou os cortiços, considerados espaços “do contágio das doenças e dos vícios”, culminando na “ocupação ilegal dos morros” que originou as favelas cariocas (Valladares, 2000).

Por esse motivo, as desigualdades são experimentadas em níveis que vão além da “subjetividade política” (Coward, 2011). Elas ficam especialmente nítidas no material: no transporte, na moradia, no emprego, nos serviços básicos, nas áreas de lazer etc. Lefebvre atestou que a urbanização ocorre em dois eixos, um espacial e outro temporal (2003, p.7), da mesma forma que diferentes grupos e classes experimentam a mesma cidade através de espacialidades e temporalidades distintas (Shapiro, 2010, p.16) que apresentam a desigualdade como fenômeno decorrente das *formas* e das *normas* que impregnam o cotidiano da cidade.

1.2

Das estórias cariocas

Sendo o foco desta dissertação a “relação corpo-cidade” (Shapiro, 2010), faz-se indispensável observar as interações que se estabelecem entre indivíduos e espaços no cotidiano carioca. As possibilidades de observação são inúmeras. As atividades econômicas, políticas e culturais oferecem uma miscelânea de casos e estórias que narram os cariocas como parte do sistema que é a cidade.

Aqui, decidi trabalhar com dois casos que constituem cada um uma via de mão-dupla. Pretendo, através deles, apresentar a desigualdade como elemento inerente às práticas corriqueiras que se dão na cidade do Rio de Janeiro. Inspirada na prática etnográfica, minha intenção é que esses casos recriem o fenômeno da desigualdade como é visto e entendido a partir dos próprios registros e linguagens locais.

Em *Casas Públicas*, no segundo capítulo, a relação entre o público e o privado é posta à prova. Quando o estado impõe remoções de famílias em razão de obras públicas como no caso da Vila Autódromo, o privado é diretamente afetado pelos interesses do poder público. No caminho inverso, as cotidianas atividades reprodutivas das pessoas em situação de rua podem ser entendidas como um caso de redefinição do espaço público em privado.

O caso *Intrusões*, relatado no terceiro capítulo, conecta novos usos concedidos ao espaço público. No trem, a economia informal carioca desestabiliza o espaço como simples meio de transporte, alargando suas funcionalidades. No shopping, através do “rolêzinho”, jovens de classes pobres transformam a atividade de visitação de um espaço aberto ao público em prática de resistência.

Entre as fronteiras, hierarquias e exclusões parece estar latente, entretanto, a sensação de que a cidade é um território continuamente disputado. Privilegiados ou marginalizados, cada indivíduo consegue produzir uma marca de si nesse sistema. Discutir o planejamento urbano na era das cidades, significa questionar também a racionalidade, os preconceitos e os ideais por detrás dele. Cabe ver o planejamento não como puro instrumento de transformação do espaço, mas de transformação da vida.

O planejamento urbano modernista

*[The city is] man's most successful attempt to remake the world he lives in more after his heart's desire. But, if the city is the world which man created, it is the world in which he is henceforth condemned to live. Thus, indirectly, and without any clear sense of the nature of his task, in making the city man has remade himself.*⁶

Robert Park, 1967 apud David Harvey, 2008

No início do século XX, em meio a suor, poeira e cimento, a cidade do Rio de Janeiro se transformava. Coube ao prefeito Francisco Pereira Passos, engenheiro de formação, a responsabilidade e o privilégio de conduzir a cidade a essa entrada na modernidade, quando *modernizar-se* significava parecer um tanto mais europeu. Foi a Paris de Georges-Eugène Haussmann, prefeito do Sena entre 1853 e 1869, que serviu de inspiração máxima para a remodelação do Rio de Janeiro que, em *formas e normas*, se excitava com as possibilidades do *civilizar-se*. “O Rio civilize-se!”, dizia-se nas ruas àquela época (O’Donnel, 2008, p.44). Já se difundia a ideia de que a transformação do espaço era também um prenúncio da transformação dos modos de vida.

Pereira Passos criou e remodelou o material e o subjetivo da cidade. Com picaretas, seringas e a imposição da lei, o prefeito fez em solo carioca o que João do Rio chamou de uma verdadeira “cirurgia urbana”. Essa intensa reforma, no entanto, se deveu mais ao desejo de alcançar “um ideal abstrato de civilização” do que “à materialização de uma demanda social” (O’Donnell, 2008, p.49).

⁶ Traduzo: A cidade é a mais bem sucedida tentativa do Homem de refazer o mundo no qual vive de acordo com seus desejos. Porém, se a cidade é o mundo que o homem criou, ela é o mundo no qual ele esta, a partir de então, fadado a viver. Assim, indiretamente e sem uma clara noção da natureza de sua tarefa, ao fazer a cidade o Homem refez a si mesmo.

O projeto de Pereira Passos surge como imitação e elogio às reformas modernistas do espaço urbano ocorridas na Europa em meados do século XIX. Enquanto projeto de engenharia social, o planejamento urbano modernista esteve intimamente conectado a uma forma determinada do *homem* europeu de pensar e observar o espaço à sua volta. As insuficiências do planejamento urbano frente à complexidade do cotidiano ressaltam este fato.

Procuro observar as transformações do espaço urbano como movimentos que estão “em estreita sintonia com toda uma trama de relações sociais” (Benchimol, 1992, p.17). A trama carioca, aqui, terá papel central.

2.1

O Bota-Abaixo: violência e civilização

O aperfeiçoamento e progresso da higiene pública em qualquer país simboliza o aperfeiçoamento moral e material do povo que o habita: é o espelho onde se refletem as conquistas que tem ele alcançado no caminho da civilização.

José Pereira Rego⁷, 1866

O espírito reformista se personificou no Rio de Janeiro na figura de Francisco Pereira Passos. Ocupando o cargo de prefeito da cidade entre 1902 e 1906 (quando a cidade era a capital do Brasil), o “Hausmann tropical” foi o grande nome à frente da famosa remodelação da cidade que esteve no epicentro de “violentas controvérsias” (Benchimol, 1992, p.18).

Predominava no Rio de Janeiro do século XX um cenário similar àquele da Europa em tempos de Revolução Industrial. O cortiço, que se tornou um dos principais alvos do prefeito, amalgamava os cotidianos da pobreza urbana carioca, representando um “antro não apenas da vagabundagem e do crime, mas também das epidemias, constituindo uma ameaça às ordens moral e social” (Valladares, 2000, p.7).

⁷ José Pereira Rego foi médico e vereador responsável por apresentar à Câmara um projeto que pretendia impedir a proliferação de cortiços. A frase acima apresentada compõe tal documento, que data de 1866 (Benchimol, 1992, p.132).

Em Paris, além de fins sanitários, a reforma de Haussmann teve objetivos político-militares. Sua principal intenção era a “neutralização do proletariado revolucionário” parisiense e “a destruição da estrutura material urbana que servia aos motins populares de rua” (Benchimol, 1992, p.193). No Rio de Janeiro, Pereira Passos adaptou os propósitos por trás da remodelação urbana planejando “dar ao Rio uma fisionomia parisiense, um aspecto de cidade europeia, com o intuito de atrair o capital estrangeiro” (Pastura, 2014, p.595).

Atendendo, simultaneamente, aos interesses estratégicos do capital e às suas próprias conveniências econômico-financeiras, a municipalidade escolheu os pontos mais vulneráveis, mais degradados da cidade, onde se concentrava o proletariado urbano (Benchimol, 1992, p.246).

O principal projeto do prefeito foi a criação da Avenida Central. Hoje conhecida como Avenida Rio Branco, planejada para ligar a Avenida do Cais à Avenida Beira-Mar, ela “atraía para si toda a megalomania do movimento de produção do espaço como mote civilizador”. Sinônimo de modernidade, a Avenida foi também o primeiro trecho com iluminação elétrica pública da cidade. Rasgando um amplo espaço no centro do Rio de Janeiro, a Avenida Central era um projeto de inspiração francesa “com calçadas de 7m, nos moldes do *Champs Elisées*”, que não falhava, no entanto, na tarefa de incorporar uma aura tupiniquim. Como descreve Julia O’Donnell:

O resultado, uma eclética justaposição de estilos arquitetônicos, fazia da avenida um enfileiramento de influências estéticas que vinham da Renascença, passando pelo Classicismo e chegando até o Barroco, o que deixava claro o caráter peculiar da modernidade nas terras de São Sebastião (2008, p.45).

De acordo com a autora, o projeto “usava e abusava das influências estrangeiras numa apropriação que, inevitavelmente, as reinventava” (O’Donnell, 2008, p.45). Nem por isso, as obras ficaram isentas de críticas. Lima Barreto, em frase icônica, comparou a Avenida Central a uma “mulata apertada em vestido francês” (2008, p.50), uma crítica clara (e que atualmente poderia ser considerada politicamente incorreta) à inspiração do empreendimento na tentativa de parecer europeu.



Solenidade de abertura oficial das obras de construção da Avenida Central (1904). Foto: Museu da República/IBRAN/MINC (Nº de autorização 02/2018).

O embelezamento era preocupação de primeira ordem àquela época em que o “crime maior era ‘enfear’ a paisagem da capital que procurava transformar-se na ‘cidade maravilhosa’” (O’Donnell, 2008, p.50). O ímpeto do embelezamento, é claro, foi traduzido em uma série de determinações que impelia a população trabalhadora que residia no centro para longe daquela área, priorizando “os interesses especulativos que cobiçavam essa área altamente valorizada” (Benchimol, 1992, p.228).

A Avenida Central foi possibilitada pela demolição de aproximadamente 1600 construções residenciais, a maioria delas de habitação coletiva (O’Donnell, 2008, p.45), pondo em andamento um processo de segregação social comandado pelo estado (Benchimol, 1992, p.228). A obra teve um elevado custo social e político uma vez que “desabrigou milhares de pessoas e desorganizou, drasticamente, seu quadro cotidiano de existência” (Ibid., p.229).



Avenida Central durante os trabalhos de pavimentação (1905). Foto: Museu da República/IBRAN/MINC (Nº de autorização 02/2018).

Jaime Larry Benchimol especula que a cidade, vivendo naquele momento um estado de escassez de habitação para as classes mais pobres, viu o quadro se tornar mais precário com a realização das reformas. Algumas das consequências foram o aumento do preço dos aluguéis e a superlotação das residências (1992, p.230). Em um festival de desapropriações, saíam prejudicados os não-proprietários, inquilinos “que habitavam casas de cômodo, cortiços e estalagens”. Esses acabaram perdendo sua moradia sem nenhum tipo de indenização ou contrapartida (Ibid., p.249).

A reforma Pereira Passos foi um projeto de transformação de *formas e normas*. Muito além das obras de infraestrutura, ela significou uma grande “reformulação identitária” (O’Donnell, 2008, p.45). Fruto de “um Brasil que olhava para si através do espectro além-mar”, a transformação do Rio de Janeiro teve ares de missão civilizatória.

Quase como um empreendimento de *auto-colonização*, ou seja, de europeizar os brasileiros cujas práticas cotidianas eram consideradas anti-higiênicas, bárbaras e

incultas, Pereira Passos cerceou uma série de costumes. Atacando alguns dos hábitos que dominavam as ruas da capital, o prefeito vislumbrava renovar a cidade em dimensões que iam além da espacial. Naquele momento, as “normas legais” deixavam clara “a sociedade que se queria formar” (Ibid., 2008, p.50). Transforma-se a cidade para transformar o povo e transforma-se o povo para transformar a cidade.

As *velhas usanças*, como se dizia à época, foram atacadas violentamente pelos decretos que buscavam estabelecer “formas burguesas de desfrute do espaço urbano”. Ficaram proibidas a venda de vísceras expostas em tabuleiros, a ordenha de vacas leiteiras em via pública e a prática dos vendedores ambulantes de bilhetes de loteria. Houve também a caça e extinção dos cães de rua que, nas palavras de Pereira Passos (impregnadas da mentalidade conquistadora europeia), davam ao Rio de Janeiro um “aspecto repugnante de certas cidades do Oriente” (Benchimol, 1992, p.277). As *soluções*, entretanto, vinham em escalas superficiais. A mendicância pública foi proibida em março de 1903 sem qualquer tentativa por parte da prefeitura de solucionar suas causas. O interesse em relação às pessoas que viviam nas ruas era apenas o de “extirpar da cidade, que se queria exibir para o estrangeiro como moderna e civilizada, essa chaga, essa ‘disfunção’ que a enfeava, limitando-se a enclausurar os mendigos e vadios na delegacia ou num asilo” (Ibid., p.279).

Independentemente das razões invocadas para justificar cada uma dessas medidas, elas se apoiavam numa mesma representação ideológica da população, num discurso moralizador e autoritário ao extremo, segundo o qual o Estado, atuando discricionariamente, devia reformar os hábitos e a mentalidade dos "homens rudes do povo" (Benchimol, 1992, p.285).

Em 1904, somou-se a essa guerra de comportamentos *modernos e arcaicos* a Lei da Vacina Obrigatória, consequência do elevado número de internações por casos de varíola. Segundo a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), os extratos mais pobres da sociedade rejeitavam a vacina por motivo de desconfiança em relação ao governo e também pelo boato que corria à época de que quem se vacinava ficava com feições bovinas. A obrigatoriedade da vacina, inflacionada por uma série de outras questões levou o povo às ruas para protestar, no que ficou conhecido como

a Revolta da Vacina, que resultou em 945 prisões, 461 deportados, 110 feridos e 30 mortos em menos de duas semanas de conflitos⁸.



O Theatro Municipal⁹ (1908). Foto: Museu da República/IBRAN/MINC (Nº de autorização 02/2018).

A reforma de Pereira Passos, em certos sentidos, funcionou como maquiagem da pobreza que dominava a área central da cidade do Rio de Janeiro. Tentando “transformar a capital da República numa cidade moderna e higiênica” (Benchimol, 1992, p.235), o projeto ignorou os problemas estruturais e acabou empurrando-os

⁸ Veja mais sobre a Revolta da Vacina no site da FIOCRUZ: <https://portal.fiocruz.br/pt-br/node/480>.

⁹ Em 1903, o prefeito Francisco Pereira Passos abriu um concurso público para selecionar o projeto arquitetônico do que viria a ser o Theatro Municipal do Rio de Janeiro. O concurso foi motivo de agitação e controvérsias quando dois projetos ficaram empatados em primeiro lugar: O projeto *Isadora*, do arquiteto Albert Guilbert, e o projeto *Aquilla*, de autoria secreta, mas que se acreditava ter sido criado pelo filho do prefeito, Francisco de Oliveira Passos. O projeto final do Theatro foi uma fusão entre as duas propostas. Veja mais sobre a história no site do Theatro: <http://www.theatromunicipal.rj.gov.br/sobre/historia/>.

para as periferias. Tal posicionamento foi fator decisivo no processo de favelização dos setores mais pobres da população (O'Donnell, 2008, p.57).

O Rio de Janeiro que emergiu dos escombros da cidade velha e das cinzas do grande motim popular era, sem dúvida, uma cidade nova e diferente. Não a cidade maravilhosa dos apologistas da reforma, posto que, ao mesmo tempo que resolvia algumas contradições herdadas do passado, essa política "racional", que se propunha a corrigir os erros da obra "espontânea" de gestação da cidade, engendrou novas contradições e travou outras tantas. Bom exemplo disso, o recrudescimento da crise habitacional nas áreas deterioradas remanescentes no centro e em suas imediações, assim como o aparecimento das favelas no centro do Rio de Janeiro (Benchimol, 1992, p.319).

O projeto de Pereira Passos ilustra como as políticas municipais, entre elas, o próprio planejamento urbano, podem não apenas ser insuficientes na solução, mas também podem gerar um agravamento de problemas estruturais como a pobreza, a falta de habitação e o desemprego. Em uma busca *cega* pela modernidade, a remodelação da cidade aumentou a distância entre as classes, favoreceu aqueles que tinham condições de acessar o nobre, renovado e civilizado centro em detrimento da marginalização dos desfavorecidos em um jogo que distribuía modernidade aos modernos, decadência aos decadentes. A primeira favela carioca, o Morro da Providência, fruto do descaso do governo em relação aos soldados da capital que lutaram na Guerra de Canudos¹⁰, é um exemplo icônico.

O cortiço, quando extirpado, veio também corroborar a ocupação dos morros cariocas, sendo entendido como "a semente da favela" (Valladares, 2000, p.7). Uma herança que não só perdura, mas é parte constitutiva e essencial do Rio de Janeiro hoje.

2.2

Planejamento urbano: uma discussão científica

A história do planejamento urbano modernista começa com uma discussão sobre a governabilidade em um cenário *catastrófico*. Em meados do século XIX, impulsionadas pelos eventos da Revolução Industrial¹¹, as cidades cresciam no

¹⁰ Os combatentes sobreviventes e inválidos não receberam devidamente os soldos e as pensões que lhes eram cabidas (Filho, 2011; Valladares, 2000).

¹¹ De acordo com Eric Hobsbawm, em *A Era das Revoluções*, a Revolução Industrial se estabilizou e foi entendida como tal por volta do ano 1830 (2009, p.36).

continente europeu. Sem qualquer planejamento, no entanto, elas fracassavam na oferta de serviços sanitários. A falta de conservação pública combinada às péssimas condições de moradia da classe trabalhadora, à forte onda de alcoolismo e, nas palavras de Eric Hobsbawm, uma generalizada crise de “desmoralização”, cuja principal característica foi uma escalada de criminalidade, infanticídio, suicídio e prostituição, pôs em marcha um processo de “deterioração urbana” que atingiu severamente as classes mais pobres da população europeia, ou seja, “os novos pobres industrializados e urbanos” (2009, p.206).

Essa “catástrofe social”, foi coroada com o ressurgimento de grandes epidemias, como as da cólera e do tifo, que se espalharam pelos cortiços e dizimaram as pessoas pobres. Quando as doenças passaram a ameaçar os cidadãos ricos e o desespero das classes desfavorecidas era tamanho que tomava ares de “revolução social”¹², fez-se presente a necessidade de *tomar as rédeas* da situação e reformar o espaço urbano.

A crise pareceu impulsionar e favorecer a evolução do ofício da administração dos assuntos de estado (*statecraft*, no original). A responsabilidade do estado se transformou aos poucos através do estabelecimento de sobrenomes permanentes, da padronização de pesos e medidas, da criação de cadastros e registros nacionais, da unificação linguística e, claro, do planejamento urbano sistemático. A fim de garantir a realização das “clássicas funções estatais” – como a cobrança de impostos, o alistamento e a prevenção de rebeliões – o estado precisou curar-se da *cegueira* dos tempos pré-modernos, quando sabia muito pouco sobre “os súditos, sua saúde, suas propriedades, sua localização, e sua identidade” (Scott, 1998, p.2).

Assim, o estado passa da função de máquina de *extração* à de máquina de *controle*. Os regimes absolutistas eram eficientes em recolher impostos, mas lhes faltava o refinamento da “máquina do estado” (*state machinery*, no original) e da “administração em rede” (*grid administration*) que permitisse exercer um poder coercitivo e arriscar qualquer possibilidade de realizar uma “engenharia social” (Scott, 1998, p.88). É nesse espírito que Foucault considera a “tomada de poder sobre o homem” ou a “estatização do biológico” um dos fenômenos fundamentais do século XIX (2005, p.286).

¹² Eric Hobsbawm associa a situação cataclísmica ao “aparecimento dos movimentos trabalhista e socialista” como fruto da “intranquilidade revolucionária das massas” (2009, p.206).

Os avanços tecnológicos que ilustraram esse período, como a invenção da locomotiva (1804), do telefone (1854) e do automóvel (1886), contribuíram para a criação de uma espécie de arrebatamento na possibilidade de “transformação forjada pela ciência e a indústria” (Scott, 1998, p.90). Neste espírito, estabeleceu-se a crença e a autoconfiança suprema no “progresso linear contínuo, no desenvolvimento do conhecimento científico e técnico, na expansão da produção, no desenho racional da ordem social, na crescente satisfação das necessidades humanas” e também “no controle sobre a natureza (incluindo a natureza humana) compatível com o entendimento científico das leis naturais (Scott, 1998, p.89). Esse conjunto de crenças e sensações é chamado de Alto Modernismo.

A característica primordial do Alto Modernismo foi, indubitavelmente, um brusco rompimento com a história e a tradição. Essa inclinação foi demonstrada de forma autoritária, através da interferência direta nas práticas cotidianas das populações.

All human habits and practices that were inherited and hence not based on scientific reasoning- from the structure of the family and patterns of residence to moral values and forms of production-would have to be reexamined and redesigned. The structures of the past were typically the products of myth, superstition, and religious prejudice. It followed that scientifically designed schemes for production and social life would be superior to received tradition (Scott, 1998, p.93).¹³

Não menos impositiva foi sua manifestação na forma do planejamento urbano. Talvez o projeto mais icônico dessa era tenha sido a reforma urbana de Paris, levada a cabo por Georges-Eugène Haussmann. Nomeado por Napoleão III e conhecido como “o demolidor”. Haussmann *reconstruiu* a cidade com o objetivo de torná-la mais “governável, próspera, saudável e arquitetonicamente imponente” (Scott, 1998, p.59). Para Haussmann, as antigas ruas e quarteirões parisienses eram “ultrapassados, insalubres e favoráveis ao vício” (Kostof, 1995, p.676).

As novas formas da cidade possibilitaram uma simplificação e, portanto, uma maior legibilidade do espaço (Scott, 1998, p.59). A nova Paris compunha um projeto de

¹³ Traduzo: Todos os hábitos e práticas humanas que foram herdados e, portanto, não baseados no raciocínio científico - da estrutura da família e dos padrões de residência aos valores morais e às formas de produção - deveriam ser reexaminados e redesenhados. As estruturas do passado eram tipicamente os produtos do mito, superstição e preconceito religioso. Seguiu-se que os esquemas cientificamente concebidos para produção e vida social seriam superiores à tradição recebida (Scott, 1998, p.93).

fins políticos, porque deveria ser mais resistente às insurreições populares (1998, p.61). E também sanitários, já que uma das preocupações centrais era evitar a ocorrência de epidemias. A cólera, por exemplo, fez 18.400 vítimas mortais na cidade em 1831 (1998, p.62).

Hausmann “rasgou” o centro de Paris substituindo “os populosos quarteirões populares e o emaranhado de ruas estreitas e tortuosas”, espaço recorrente de barricadas e insurgências, por extensas praças e bulevares (Benchimol, 1992, p.192). As reformas da velha Paris, que foram responsáveis por destruir 19.722 casas, foram promovidas “em nome do trânsito, da saúde e da renovação urbana” (Kostof, 1995, p.677).

Como lembra a própria concepção do Alto Modernismo, além de uma discussão sobre o planejamento urbano, essa também é uma discussão sobre ciência.

Houve a transformação do papel desempenhado pelo estado – que passou da preocupação exclusivamente direcionada à riqueza e ao poder, ao gerenciamento de todos os aspectos da vida do cidadão (Scott, 1998, p.91). Parte essencial deste processo, de acordo com o autor, foi a produção de dados estatísticos. Coletando dados como idade, taxa de fertilidade e de alfabetização, as autoridades produziam uma “simplificada descrição da sociedade”. E, não muito depois, “fatos estatísticos foram elaborados em leis sociais” (Ibid., p.92).

Vale lembrar que, de acordo com Foucault, a “biopolítica” se dá não como um exercício de poder sobre os corpos em sua individualidade, mas sobre a “massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios da vida, que são processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença, etc.” (Foucault, 2005, p.289). Essa forma de administrar o povo foi intensificada pela, até então, “incomum interação” surgida nos séculos XVII e XVIII entre “duas formas de autoridade”: o estado e a ciência (Desrosières, 1998, p.17).

As taxas “de natalidade, de mortalidade, de longevidade” foram um dos “primeiros objetos de saber e os primeiros alvos de controle dessa biopolítica” (Foucault, 2005, p.290). Surgem daí os campos da medicina e da higiene públicas, que também funcionam como técnicas de “centralização da informação, de normalização do saber” (Ibid., p.291).

A estatística, de acordo com Scott, também contribuiu para a “descoberta da sociedade como objeto reificado, separado do estado e que podia ser cientificamente descrito” (1998, p.91). Apesar dessa visão, Foucault considerou que essa tecnologia de poder não lidava com a sociedade, mas sim com a população, que ao contrário de ser um corpo social unificado (entendido pelo autor como sociedade), se constituía como um corpo múltiplo, um “corpo com inúmeras cabeças” (Foucault, 2005, p.292). A população foi entendida, então, como problema político, científico, biológico e de poder (Ibid., p.293).

Cientista, engenheiro, sociologia e estatística são algumas das palavras inventadas ou ressignificadas no período que se estendeu da última década do século XVIII até meados do século XIX (Hobsbawm, 2009, p.11). Curiosamente, elas também traduzem muito da nova tarefa adotada pelo estado naquele momento: a engenharia social.

Segundo Foucault, a estatística permitiu a regulação não do “indivíduo no nível do detalhe, mas, pelo contrário, mediante mecanismos globais” (2005, p.294), com o propósito de “fixar um equilíbrio, estabelecer uma espécie de homeostase, assegurar compensações” (p.293), de controlar o fator *aleatório*.

Herdeiro do Iluminismo a crença no auto aperfeiçoamento do homem (*self-improvement*), o Alto Modernismo estabeleceu como uma de suas características basilares a crença na perfectibilidade da ordem social, cuja principal pretensão era “aprimorar” tanto as pessoas como o meio urbano (Scott, 1998, p.93).

O movimento Iluminista deu origem a preferência por “linhas retas e ordem visível”. René Descartes (1596-1650) foi um forte crítico da ausência de padrão das cidades antigas que, em sua opinião eram “pobremente estruturadas” em relação às que haviam sido erguidas a partir de um plano em branco sob o olhar de um engenheiro (Scott, 1998, p.55).

Sua famosa obra, *O Discurso do Método* (1636), contém diversas referências ao cenário urbano no qual Descartes ressaltava, especialmente, as diferenças entre as cidades medievais e as cidades planejadas da era Renascentista (Akkerman, 2001, p.143).

Para Descartes, uma cidade ou um edifício que resultassem da imaginação e dos desejos de vários arquitetos não se comparavam em perfeição a um projeto

idealizado inteiramente por um único homem. Descartes acreditava que a ausência de padrão entre os edifícios denunciava uma composição criada por acaso e não um todo coerente, concebido como um projeto racional (apud Akkerman, 2001, p.144). É ele, afinal, o autor da máxima “*Cogito ergo sum*”.

From Descartes's account it is evident that he was familiar with planned cities in France or Germany of the 16th and early 17th century. More than a mere metaphor, Descartes's reference to planned towns appears to be something of a policy scheme for the new way of philosophical and scientific deliberation he came to pioneer. Far from being just an illustrative parable, Descartes's allusion to townscapes, seems also to reveal a bond between his perception of the changing Renaissance environment, and his intellectual disposition towards a fundamental change in the demeanour of reasoning (Akkerman, 2001, p.144).¹⁴

O *Discurso do Método* foi reconhecido como a pedra fundamental do racionalismo e do pensamento moderno ocidental. Um dos trunfos de Descartes foi trabalhar a favor e não em oposição ao movimento renascentista. O planejamento urbano baseado na filosofia cartesiana, portanto, aspirava “representar a perfeição do universo de um modo sucinto, portanto, criando um novo símbolo da clareza e da simplicidade” (Akkerman, 2001, p.144).

A estética cartesiana, milimetricamente ordenada a partir do alto e de fora, se tornou uma das características mais marcantes do planejamento urbano moderno. Não obstante, o sonho do planejador urbano modernista era desenhar a cidade perfeita a partir do zero, respeitando apenas as formas e plasticidades de sua própria criatividade, como se criasse uma cidade-obra-de-arte. Esse fenômeno ficou conhecido mais tarde como a *síndrome de Brasília*¹⁵. É importante lembrar que a busca pela uniformidade e os ângulos retos estava frequentemente dominada por

¹⁴ Traduzo: A partir da descrição de Descartes é evidente que ele estava familiarizado com as cidades planejadas na França ou na Alemanha do século XVI e início do século XVII. Mais do que uma mera metáfora, a referência de Descartes às cidades planejadas parece ser algo de um esquema de políticas para a nova forma de deliberação filosófica e científica da qual ele veio a ser pioneiro. Longe de ser apenas uma parábola ilustrativa, a alusão de Descartes às cidades, parece também revelar um vínculo entre sua percepção do ambiente renascentista em mudança e sua disposição intelectual para uma mudança fundamental no comportamento do raciocínio (Akkerman, 2001, p.144).

¹⁵ Embora apelidado de Síndrome de Brasília, esse não é um fenômeno exclusivo da capital brasileira. A prioridade dada às grandes escalas (em detrimento da escala humana) também pode ser observada nos empreendimentos habitacionais da China e nas torres autossuficientes em Dubai (Gehl, 2015, p.197).

fins estéticos, que acabavam prevalecendo, nas reformas, sobre a “ordem social existente e o funcionamento mundano da cidade” (Scott, 1998, p.56).

O ponto de vista *afastado* do planejador urbano modernista não nasce sem propósito. Ele é fundado a partir de uma determinada forma de pensar e de encarar o conhecimento: a “pressuposição ontológica-filosófica” do dualismo mente-mundo (Jackson, 2011, p.44). Esse dualismo, originário do pensamento cartesiano (que foi mais tarde plenamente acolhido pelo neopositivismo), se configurava na separação entre o sujeito conhecedor (*knowing subject*) e o objeto conhecido (*known object*). Este afastamento foi estabelecido por René Descartes como uma forma de evitar que o sujeito pensante se encontrasse vulnerável às *artimanhas* dos seus sentidos. Assim, o conhecimento válido era aquele produzido pela mente autônoma, descolada dos fenômenos que aconteciam a sua volta (Jackson, 2011, p.46).

Para Descartes, essa divisão começava no dualismo ontológico e se consolidava no método do solipsismo. O dualismo ontológico assume que corpo e mente são feitos de *substâncias diferentes*. A mente seria, então, semelhante a Deus. Ela flutuaria no céu “indeterminada por nenhuma influência terrestre”. Segundo Grosfoguel, com o solipsismo “o sujeito pergunta e responde questões num monólogo interior até alcançar a certeza do conhecimento”, o indivíduo se desloca de relações e contextos históricos e sociais específicos ou particulares (2016, p.29).

Essa promessa de escapar dos sentidos fez com que se acreditasse na possibilidade de alcançar um conhecimento “verdadeiro além do tempo e do espaço, universal no sentido de que não está condicionado a nenhuma particularidade e ‘objetivo’, sendo entendido da mesma forma que a ‘neutralidade’ e equivalente à visão do ‘olho de Deus’” (Grosfoguel, 2016, p.28).

Como uma espécie de mito fundacional da racionalidade ocidental, essa estrutura de pensamento foi essencial para que o homem europeu concluísse e propagasse para o resto do mundo que seu conhecimento era dotado de um caráter nada menos do que universal. Enquanto outras culturas e epistemologias eram entendidas como localizadas, enraizadas e provincializadas, os pensadores europeus garantiram a si mesmos a capacidade de acessar e difundir um conhecimento supostamente não-situado sobre todas as áreas (Grosfoguel, 2016, p.28).

Desta forma, o descolamento do mundo real era parte essencial do que significava produzir conhecimento. Aliás, o termo “produzir” pode não ser a melhor escolha de palavra uma vez que, na filosofia cartesiana, o sujeito não parece criar conhecimento, mas sim acessá-lo em sua forma pura e original através do solipsismo. Neste raciocínio, o conhecimento é dado, previamente definido, parece caber ao sujeito apenas o papel de desvendá-lo e alcançá-lo, mas nunca se considerar um agente em sua criação, prevalece aqui a busca pela certeza. Vale destacar, neste contexto, o termo cunhado por Richard Bernstein: “ansiedade cartesiana”. Essa tal angústia surgiria do “desejo pela certeza absoluta juntamente com o sentimento corrosivo de que tal certeza é impossível de alcançar sem algum tipo de facilitação sobre-humana” (Jackson, 2011, p.47).

O apreço pelos fatos cientificamente comprovados e a rejeição de tudo que parecesse místico teve um forte papel no planejamento urbano. A dita perfectibilidade da ordem social estava intimamente ligada à autoridade conferida ao conhecimento científico¹⁶ (Scott, 1998, p.93).

Prevaleceria, portanto, o novo, o científico e o moderno. O próprio Haussmann punha em xeque qualquer valor conferido à arquitetura que precedeu suas reformas. O “demolidor” costumava desafiar seus críticos a citar “pelo menos um monumento digno de interesse” dentre aqueles que ele havia ordenado extirpar (Kostof, 1995, p.676).

Assim, a racionalidade modernista concedeu ao planejador urbano o papel de um alfaiate que corta “não só a roupa, mas também o freguês” (Scott, 1998, p.146). Sua preocupação com homogeneidade e organização deu origem a cidades de “uniformidade monofuncional” e monotonia visual que dificultam e desencorajam o uso dos espaços urbanos. Além disso, não eram levados em conta os custos sociais da remoção de incontáveis famílias para que novos empreendimentos fossem alocados em seu lugar (1998, p.134).

Muito mais do que uma reforma de tráfego, as reformas de Haussmann “revolucionaram a vida diária” construindo “novos aquedutos, um sistema de

¹⁶ Nesse contexto, a confiança na ciência como instrumento capaz de prover a *única resposta correta* para todas as questões também provocou um afastamento da política como ator central do governar, já que deveriam ocupar os cargos políticos aqueles “que têm o conhecimento científico para discernir e criar essa ordem social superior” (Scott, 1998, p.94).

esgoto muito mais eficiente, novas linhas de trem e terminais, mercados centralizados, linhas de gás e energia, e novos parques e praças públicas”. Todas as transformações que fizeram de Paris um “milagre” ou um “santuário”, na visão de alguns planejadores, não passaram isentas de criar um “gêmeo mau” (Scott, 1998, p.60). Em contraste com a nova Paris “espaçosa” e “imponente”, se estabeleceu a cidade dos excluídos, a população que, em razão da reestruturação dos espaços, foi expulsa e empurrada para a periferia (Ibid., p.63), como no caso das favelas cariocas citado na seção anterior. *Belleville* foi uma comunidade que se formou sob essas condições:

The problem was not that Belleville was not a community, but that it became the sort of community which the bourgeoisie feared, which the police could not penetrate, which the government could not regulate, where the popular classes, with all their unruly passions and political resentments, held the upper hand (Scott, 1998, p.63).¹⁷

Entretanto, o traço mais importante a ser destacado neste fenômeno foi o descaso com as vidas envolvidas e afetadas pelas obras públicas e sua expulsão para áreas afastadas. Este processo deu origem a um sentimento de revolta que fez das periferias locais impenetráveis. Assim, o propósito de ordenar a cidade a qualquer custo provocava, ao mesmo tempo, um resultado reverso, com inúmeros efeitos colaterais.

Passou-se quase um século entre a reforma de Paris, o projeto máximo do modernismo no planejamento urbano, e o surgimento de uma nova consciência sobre a cidade. Foi em 1961 que a jornalista Jane Jacobs lançou o título *Morte e Vida de Grandes Cidades*, o qual ela propunha ser “um ataque aos fundamentos do planejamento urbano e da reurbanização ora vigentes” (1961, p.149).

A principal reivindicação de Jacobs foi o fato de que os planejadores, até então absortos em seus próprios projetos e suas próprias vontades, não dedicaram tempo ao estudo e à observação do “mundo real” (Jacobs, 1961, p.350). Jacobs propôs o

¹⁷ Traduzo: O problema não era que Belleville não era uma comunidade, mas que se tornou o tipo de comunidade que a burguesia temia, que a polícia não conseguia penetrar, que o governo não podia regular, onde as classes populares, com todas as suas paixões indisciplinadas e ressentimentos políticos, dominaram (Scott, 1998, p.63).

caminho inverso. Esperava entender como as cidades funcionavam, visualizar sua “ordem inata”, em vez de decretar como elas deveriam parecer (Ibid., p.378).

Jacobs não foi a primeira a criticar o planejamento urbano modernista, mas sua perspectiva foi inovadora. Em contraste ao *olho de Deus* do planejador modernista, Jacobs observou a cidade como “uma pedestre em suas rotas diárias” (Scott, 1998, p.132).

O ponto de vista modernista, partindo dos princípios de facilitação da governabilidade e da legibilidade do povo, fixou-se em estabelecer uma ordem fundamentada na estética e no material que se concretizou no desmantelamento das zonas precárias, na construção de largas avenidas e bulevares e instituiu como ponto focal a higienização e o embelezamento dos espaços.

A contra argumentação de Jacobs indica a brutal remodelação do espaço urbano a partir dos preceitos tradicionais que o planejamento modernista produzia, ao contrário do que pensavam os urbanistas, uma aniquilação da ordem *real*. Sob a lógica do “nem tudo que reluz é ouro”, Jacobs defendeu que pior do que “a feiura e a desordem” é “a máscara ignóbil da pretensa ordem” (Jacobs, 1961, p.393) – ou seja, aquela ordem superficial, aplicada como maquiagem, que adorna o espaço e tenta lhe impor certa regularidade e disciplina. Como a modernidade instituída por Pereira Passos, que gentrificou o centro, expulsando os pobres, promovendo o embelezamento arquitetônico e adestrando a população sobre o que era ou não aceitável naquela nova e pretensa modernidade. A intenção de Jacobs era, portanto, destacar o maior erro dos planejadores urbanos: acreditar que a ordem *funcional* provinha de uma ordem *puramente visual* (Scott, 1998, p.133). Em contraposição, a ordem que importa para Jacobs é invisível aos olhos.

2.2.1

A cidade: um problema organizado

Em 1948, Warren Weaver dava o primeiro passo para o que seria mais tarde entendido como uma “nova era da ciência” (Ramalingan, 2013, p.135).

No artigo *Science and Complexity*, o matemático discutiu sobre como a ciência costumava lidar com diferentes tipos de problemas. De acordo com o autor, as técnicas científicas desenvolvidas até aquele momento haviam sido suficientes para lidar com dois extremos: problemas de apenas duas ou problemas de um “número

astronômico” de variáveis. Ficava intocada entre esses extremos uma imensa área, cuja principal característica era abarcar problemas cujas variáveis eram mensuráveis e, principalmente, se comportavam e relacionavam de forma organizada (Weaver, 1948, p.539).

Os problemas de *complexidade desorganizada*, em um dos extremos, são aqueles caracterizados por variáveis que interagem “aleatoriamente”. É preciso entender, no entanto, que apesar do comportamento “errático” das variáveis, o sistema como um todo tem certo grau de ordenamento que pode ser analisado através da estatística (Weaver, 1948, p.538). A chave está na explicação de “comportamentos médios” de alguns dos elementos destes sistemas, como foi feito na termodinâmica dos gases e na movimentação dos átomos (Ramalingan, 2013, p.134) [grifo meu].

Os sistemas de *complexidade organizada*, entre os extremos, são aqueles compostos por um “número mensurável de fatores que estão inter-relacionados em um todo orgânico”. Esses configuravam um desafio ao que a ciência era até então capaz de racionalizar, por não se encaixarem em nenhum dos extremos acima citados (Weaver, 1948, p.539).

These problems – and a wide range of similar problems in the biological, medical, psychological, economic, and political sciences – are just too complicated to yield to the old nineteenth-century techniques which were so dramatically successful on two-, three-, or four-variable problems of simplicity. These new problems, moreover, cannot be handled with the statistical techniques so effective in describing average behavior in problems of disorganized complexity (Weaver, 1948, p.540).¹⁸

O planejamento urbano esteve, por muito tempo, impregnado por esta insuficiência. A despeito do que os grandes planejadores pensavam, a cidade *é um problema de complexidade organizada* no qual os resultados e interações, por vezes confusos, não são “fatidicamente irracionais” (Jacobs, 1961, p. 8532).

Sobre a lacuna deixada pela ciência, Jane Jacobs explicita como nosso raciocínio pode nos pregar algumas peças. Habitados com certas “estratégias e táticas” de

¹⁸ Traduzo: Esses problemas - e uma ampla gama de problemas semelhantes nas ciências biológicas, médicas, psicológicas, econômicas e políticas - são simplesmente complicados demais para ceder às antigas técnicas do século XIX que foram tão dramaticamente bem sucedidas em problemas de dois, três, ou quatro variáveis de simplicidade. Estes novos problemas, além disso, não podem ser resolvidos com as técnicas estatísticas tão eficazes em descrever o comportamento médio em problemas de complexidade desorganizada. (Tradução minha).

solução de problemas, temos a tendência de aplicar essas mesmas estratégias e táticas como forma de solucionar problemas de naturezas diferentes. De acordo com Jacobs, “as linhas de raciocínio que possam ser úteis para chegar à verdade dependem não de como *nós preferíamos pensar sobre um assunto*, mas sim da natureza do próprio assunto” (1961, p.8433) [grifo meu]. Décadas depois, Ramalingan reforça: “muitas das falhas na política pública, nos negócios e na sociedade civil podem ser atribuídas à aplicação de suposições e princípios inapropriados aos problemas” (2013, p.138).

Entretanto, o planejamento urbano modernista enxergou a cidade como problema de *simplicidade organizada*. Um exemplo foi a Cidade-Jardim¹⁹, um modelo surgido através da tentativa de solucionar o problema entre duas variáveis: o número de moradias e o número de empregos (Jacobs, 1961, p.8577).

Também foi comum tratar a cidade como um problema de *complexidade desorganizada*. Neste espírito, os planejadores flertaram com a teoria da probabilidade física, abraçando a estatística, como lembramos através de Scott (1998) e Foucault (2005).

Com essas técnicas, também passou a ser viável analisar estatisticamente, por grupos de renda e tamanho das famílias, uma quantidade determinada de pessoas despejadas na execução do planejamento, juntar o resultado à probabilidade estatística de substituição de moradias e estimar com precisão a diferença. Na forma de estatísticas, esses cidadãos não pertenciam mais a nenhum núcleo, a não ser a família, e podiam ser tratados racionalmente como grãos de areia ou elétrons ou bolas de bilhar (Jacobs, 1961, p.8620).

Manipular a vida dos habitantes através de fórmulas, é claro, também contribuía para o perfil impessoal do planejamento urbano. Uma imagem traduz com nitidez o tratamento dado pelos planejadores modernistas à cidade:

Fotografias que retratam clientes, prefeito e orgulhosos arquitetos se inclinando sobre a maquete de um novo empreendimento, ilustram o método e o problema. [...] O empreendimento é visto de cima e, dessa perspectiva, os diversos elementos – os edifícios, os quarteirões e as vias de tráfego – podem ser modificados até que a composição esteja no lugar e tudo pareça bem – desde que do alto e de fora (Gehl, 2015, p.196).

¹⁹ O projeto urbanístico de Ebenezer Howard (1859-1928) que, abismado com as condições de vida dos habitantes pobres da Londres do final do século XIX, propôs como solução “repovoar a zona rural” criando “cidadezinhas autossuficientes”, onde “os pobres poderiam voltar a viver em contato com a natureza” (Jacobs, 1961, p.434). A primeira Cidade-Jardim construída foi Letchworth em 1908.

De certa forma, essa pequena cidade manipulável transmite a impessoalidade do planejamento urbano modernista. O que esses planejadores negligenciavam, segundo Jacobs, é que as variáveis que compõem o sistema-cidade não são aleatórias: “embora a inter-relação de seus vários fatores seja complexa, não há nada de acidental ou irracional na maneira como esses fatores se influenciam mutuamente” (Jacobs, 1961, p.8548).

Jacobs usa como exemplo um parque. De acordo com a autora, a intensidade de uso de um parque depende de inúmeros fatores: do seu traçado, da presença de pessoas para usá-lo e dos usos da cidade no seu entorno. Esses fatores, por sua vez, dependem de vários outros e também são dependentes entre si. Assim, a intensidade de uso de um parque “está muito longe de ser uma questão de índices de áreas livres e índices populacionais” (Ibid., p.8544). Desta forma, com a *complexidade organizada*, a visão que a ciência construiu sobre a cidade como *máquina* se transmutou na ideia de cidade como *organismo* (Batty, 2011, p.1).

Ao alcance das mãos e das vontades dos planejadores, parece escapar daquele miniuniverso da maquete e de seus observadores externos a percepção de que ruas, praças e prédios estão, no plano real, circundados e habitados por pessoas e vidas reais.

Weaver argumenta que é preciso reconhecer os aspectos imensuráveis da vida humana como prova de que a ciência não pode tratar todos os fatores de um problema como inescapáveis. Ou seja:

There are rich and essential parts of human life which are alogical, which are immaterial and non-quantitative in character, and which cannot be seen under the microscope, weighed with the balance, nor caught by the most sensitive microphone (Weaver, 1948, p.544).²⁰

Nesse sentido, lidar com problemas de complexidade organizada requer reconhecer certas insuficiências, algo que a ciência tradicional não estava pronta para fazer. Nesse tipo de sistema, não há possibilidade de domínio dos eventos porque também

²⁰ Traduzo: Existem ricas e essenciais partes da vida humana que são alógicas, que tem características imateriais e não-quantitativas e que não podem ser observadas em um microscópio, pesadas em uma balança ou captadas pelo mais sensível dos microfones.

não há total conhecimento sobre todas as variáveis (Ramalingan, 2013, p.135). Para a ciência, esse reconhecimento significou abrir mão da pretensão da *possibilidade de onisciência*, o que consiste, portanto, em fazer um movimento contrário àquele celebrado na filosofia cartesiana. Ou seja, assumir que a complexidade não era um efeito do conhecimento incompleto que em algum momento seria desvendado (2013, p.137), mas um fator com o qual a ciência teria que aprender a conviver.

Na intenção de desmontar a cidade manipulável, os casos apresentados em *Casas Públicas* narram um Rio de Janeiro no qual os espaços públicos e privados (e qualquer subversão de ambos) são, antes de qualquer outra coisa, habitados. Esta estória ilustra que muitos dos princípios em voga na era do Bota-Abaixo ainda figuram por trás das políticas e dos costumes que compõem o Rio de Janeiro contemporâneo: a violência do estado planejador, a segregação provocada pelo ímpeto embelezador e o desprezo pelos modos de vida que escapam do convencional.

2.3

Casas Públicas

Sob o peso de uma garra de ferro, ruem as paredes, estilhaçam-se os vidros, retorcem-se os metais e despedaçam-se as madeiras. Acumulam-se nos escombros a matéria impregnada de memórias do que um dia foi um lar. Nas margens do Rio de Janeiro, prevalece a ordem do esmagamento. Onde os direitos são cada vez mais escassos, perde-se cada vez mais em troca de cada vez menos.



Casa parcialmente demolida na Vila Autódromo (ano não informado). Foto: Ricardo Borges.

Com as paredes, desabam outras matérias, ideias que um dia fizeram sentido e já não estão imbuídas de qualquer significado: a segurança, a permanência, a moradia, o familiar e o doméstico. Atravessando as fronteiras entre o público e o privado, o estado explicita que, aos pobres, o direito a essas ideias só se realiza quando elas não se interpõem aos interesses do capital. A casa humilde sobrevive em existência condicionada. Ela se desfaz quando são postas na mesa outras imaginações sociais que, muito certamente, são concebidas para contemplar outras classes. Foram os cortiços no século XX. E foram as famílias removidas sob a justificativa de fundação da *Cidade-Olímpica* no século XXI.

Pouco mais de um século depois das obras de Pereira Passos, em 2009, a escolha do Rio de Janeiro pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) como a sede da 31ª edição dos Jogos Olímpicos pareceu o motivo perfeito para a execução de uma nova grande remodelação urbanística carioca, uma que finalmente conduziria o Rio de Janeiro ao século XXI.

Já em 2012, imbuído de autoridade modernista, o então prefeito Eduardo Paes apresentava em uma conferência TED os quatro *mandamentos* capazes de construir uma cidade do futuro. Tais *mandamentos* são ilustrados por seus próprios planos de

modernização da cidade do Rio de Janeiro: a criação do Parque Madureira representando o fato de que “uma cidade do futuro deve ser ambientalmente amigável”; a criação do BRT para demonstrar que “uma cidade do futuro deve lidar com mobilidade e integração de seu povo”; a instalação de novas instituições e serviços públicos dentro das favelas simbolizando que “uma cidade do futuro deve ser socialmente integrada” e o sistema do Centro de Operações do Rio de Janeiro²¹ para provar que “uma cidade do futuro deve usar a tecnologia para estar presente”²².

A palavra *legado* se tornou uma das mais repetidas nos jornais e na TV carioca. Ela era, é claro, uma forma de convencer a sociedade de que o projeto de Cidade Olímpica significaria mais do que um arranjo para um evento esportivo. O propósito do megaevento carioca, assim como havia sido idealizado em outras cidades do mundo (como por exemplo, Barcelona), era o de, através da atração de investimentos, impulsionar um “processo de urbanização e produção do espaço urbano” (Molina, 2014, p.65). Neste processo, portanto, a Olimpíada significaria um ponto de partida para uma mudança mais perene da realidade local.

Não obstante, com o projeto de Cidade Olímpica, surge um discurso enérgico sobre a necessidade de intervir:

A postura empreendedora tomada pelos governantes das cidades (e dos países) envolve esforços para a captação desses megaeventos internacionais como mais uma ferramenta para o desenvolvimento urbano e econômico e, ao mesmo tempo, como pretexto às intervenções urbanas, uma vez que os megaeventos apresentam grande força simbólica capaz de dinamizar, entre outros, a atração de pessoas, capitais e investimentos e de estimular iniciativas de regeneração urbana em determinadas partes das cidades-sede (Molina, 2014, p.67).

O discurso tradicional do desenvolvimento carrega alguns dos antigos princípios modernizadores que guiaram empreendimentos como o Bota-Abaixo. As dicotomias instituídas na era colonial (e que eram e são reproduzidas mesmo séculos depois da Independência) tem continuidade no mundo contemporâneo através da criação de novas hierarquias. Da superioridade racial (de pessoas brancas

²¹ O Centro de Operações do Rio de Janeiro, um famoso caso de *dashboard*, ou painel de controle, organiza e repassa dados de trinta agências diferentes que informam, entre outros temas, a situação do tráfego, dos serviços municipais, do clima e de situações emergenciais em andamento no Rio de Janeiro (Kitchin, Lauriault & MCardle, 2015, p.12).

²² Veja mais sobre os “mandamentos” na TED Talk ministrada pelo prefeito Eduardo Paes em: https://www.ted.com/talks/eduardo_paes_the_4_commandments_of_cities/transcript?language=pt-br

em relação a pessoas não brancas), passou a figurar como princípio básico a superioridade cultural, da qual gozavam apenas europeus e norte-americanos. Sendo a diferença entre esses grupos não mais de matéria *biológica*, torna-se possível fazer com que o grupo atrasado *alcance* o que está na frente (Shah, 2010, p.24)²³.

O conceito tradicional de desenvolvimento foi supostamente inaugurado através do “*Point Four Speech*” do Presidente norte-americano Harry Truman em 1949 (Rist, 2008, p.70). Como o planejamento urbano modernista, o desenvolvimento foi fundamentado a partir do propósito de aprimorar as “áreas subdesenvolvidas” por meio dos “avanços científicos e progresso industrial” dos países mais ricos. Nessa nova fase, a perfectibilidade social já não era uma tarefa restrita às fronteiras do estado-nação, mas um compromisso assumido com aqueles países cujas vidas econômicas eram “primitivas e estagnadas”, como proclamado por Truman no discurso.

Uma forma interessante de analisar o caso é justamente inverter a ordem dos fatores na justificativa dada pelo estado. Diz-se que as remoções são provocadas pela necessidade de preparar a cidade para os jogos. Mas também é possível pensar que os jogos são, na verdade, trazidos já com o propósito de remover, de remodelar e de *embelezar*.

Uma estratégia sistematicamente utilizada para ampliar esse tipo de valorização é a remoção de vizinhanças indesejáveis, através de deslocamentos forçados das comunidades pobres. A preparação para os megaeventos esportivos através de obras estrategicamente projetadas para os locais onde estão instaladas essas comunidades vem facilitar enormemente essa tarefa. O discurso de urgência do cronograma e da “necessidade” da obra para honrar compromissos internacionais se adéqua perfeitamente para neutralizar as tentativas de resistência (Oliveira, 2012, p.180).

Não é uma novidade que essas intervenções urbanas sejam normalmente perpetradas nas áreas habitadas por populações pobres. No Rio de Janeiro, entretanto, uma dessas áreas se tornou um símbolo de resistência e do poder que a sociedade pode exercer sobre os planos do estado. Localizada ao lado do que viria a se tornar o Parque Olímpico, a comunidade da Vila Autódromo vivenciou um

²³ Shah parece fazer uma alusão à Teoria da Modernização, que pode ser melhor compreendida através da famosa obra *The five stages of growth*, na qual Walt Whitman Rostow classifica as sociedades em cinco diferentes níveis de desenvolvimento econômico (1990).

misto de promessas, propostas, assédios e ameaças feitos pela prefeitura em troca do espaço.

A comunidade, que surgiu com “uma ocupação de pescadores” já existia havia mais de trinta anos, era constituída por moradores que já possuíam “o direito legal de uso da terra (concessão de direito real de uso para fins de moradia)” e ainda assim enfrentaram o pesadelo da remoção (Rolnik, 2015, p.285).

De acordo com Sandra Maria de Souza Teixeira, moradora da Vila Autódromo, em reunião com a comunidade, o prefeito Eduardo Paes apresentou o projeto do Parque Olímpico e uma foto da Vila com diversas áreas demarcadas anunciando que “para realizar o projeto do Parque Olímpico, as pessoas teriam que sair dessas áreas” (em entrevista, 11/01/2018).

Ao *problema* que era a existência da Vila, Paes apresentou também o que ele considerava a *solução*: a mudança dos moradores da Vila Autódromo para o Parque Carioca, que o prefeito deliberadamente floreado como uma oportunidade vantajosa, usando o abandono da Vila por parte da própria prefeitura como motivo para a mudança. Sandra conta:

Ele fala para as pessoas que seria uma troca de chave, valoriza bastante o conjunto habitacional dizendo que lá era uma área nobre, que tinha supermercado próximo, tinha asfalto, tinha ônibus na porta, enfim, colocando todas as incompetências do poder público, de nunca ter feito aqui o saneamento básico, o asfalto e tudo mais como sendo um defeito da comunidade (2018).

Ela ainda conta que, no dia seguinte a esta reunião, já havia funcionários da prefeitura batendo nas portas das casas tentando convencer os moradores a aproveitar a oportunidade e não “correr o risco de ficar sem nada depois” (2018).

Diana Bogado, acadêmica, professora universitária e ativista que se uniu à causa da Vila, presenciou despejos, remoções forçadas e atividades arbitrárias e autoritárias dos agentes da prefeitura. Ela conta que a comunidade frequentemente relatava situações de assédio e ofertas que pareciam “tentativas de compra dos moradores” (em entrevista, 25/12/2017).

As indenizações, por exemplo, eram propositalmente dadas de forma desigual. Uma das estratégias consistia em indenizar um valor alto para uma família para que aquilo gerasse um comentário dentro da comunidade e mais pessoas quisessem negociar. Também era latente a pressão psicológica feita nos moradores para

acreditarem que perderiam tudo se não negociassem a tempo (Diana Bogado em entrevista, 25/12/2017).

As justificativas dadas pela prefeitura foram a construção do Parque Olímpico e da Transolímpica. Sandra Maria conta que essas motivações não fazem sentido porque o Parque Olímpico fica ao lado e não ocupa a área da Vila. Já a Transolímpica “faz uma curva na altura da Vila para justificar a remoção” (2018).

João Quintella, integrante do projeto *Céu Aberto: (R)existência e memória na Vila Autódromo*²⁴, comenta que era possível construir o Parque Olímpico mantendo a Vila Autódromo e que essa era uma oportunidade de “contribuir para a vida daquelas pessoas, melhorar a infraestrutura, mas em vez disso eles tiraram”. De acordo com João, “ter uma favela ao lado de um megaevento global que vai aparecer no mundo inteiro não interessava nem ao poder público e nem à mídia”. Ele completa: “Se ela [a Vila] não estivesse tão próxima [do Parque Olímpico], provavelmente, ela não teria sido dizimada” (em entrevista, 03/01/2018).

Sandra Maria descreve que a ação da prefeitura foi muito violenta: “Aqui teve de tudo... teve muita violência, derrubaram casa com tudo dentro, despejaram família com criança e com idoso. A comunidade foi espancada pela Guarda Municipal” (2018).

Até mesmo os moradores que cederam às ofertas da prefeitura e aceitaram migrar para o Parque Carioca, viram as supostas vantagens irem por água abaixo.

Diana Bogado comenta a forma como a prefeitura vendeu a mudança para o Parque Carioca: “A prefeitura apresentou esse projeto como se fosse uma grande mudança de vida, como se fosse mudar a vida das pessoas, e fosse uma grande oportunidade de casa própria, uma tremenda propaganda” (2017).

Os imóveis, no entanto, eram entregues no esquema do “só a chave” (Sandra Maria em entrevista, 2018). Os moradores não receberam as escrituras dos apartamentos, que foram adquiridos pela prefeitura através do programa Minha Casa, Minha Vida. O contrato impede que os imóveis sejam alugados ou vendidos durante dez anos, tempo que a prefeitura estabeleceu para quitar a dívida com a Caixa Econômica

²⁴ O projeto realizado em 2017 faz parte da iniciativa “O Futuro da Memória” do Instituto Goethe. Em parceria com a comunidade, a iniciativa promoveu práticas artísticas como instrumentos de reconexão dos moradores com o território no momento pós-conflito.

Federal. O pagamento a ser realizado em 120 parcelas preocupa os moradores. Eles temem que em algum momento a prefeitura não honre o compromisso e eles sejam despejados. As regras que fazem parte da vida em condomínio também provocaram problemas de adaptação para a comunidade. Viver verticalmente provoca muitos transtornos para quem era acostumado à liberdade de ter seu próprio quintal e fazer nele o que bem entendesse. As novas despesas para manutenção do condomínio também enfrentam resistência por parte de muitos moradores²⁵.

Por esse ângulo, a migração forçada da favela ao condomínio também funciona como prática de civilização, de fazer a comunidade se conformar ao que é *normal* e *certo* aos olhos do estado. É reforçada mais uma vez a ideia de que as classes em posições inferiores “podem ser ensinadas a mudar suas aparências, comportamentos, e atitudes para irem em direção à modernidade” (Shah, 2010, p.24).

Em entrevista, Diana Bogado comenta que o programa Minha Casa, Minha Vida, originalmente idealizado para reduzir o déficit habitacional no Rio de Janeiro, acabou se tornando um “suplemento da política remocionista de favela, uma política que ocorre desde o início da cidade do Rio de Janeiro”. A professora chama atenção para o fato de que o número de favelas e habitações precárias no Rio se deve a prefeitura que “nunca teve uma política séria de urbanização de favelas” e completa “é o próprio estado que produz a favela, o estado produz a segregação do território das cidades brasileiras”. Em suas palavras, a política de remoções levada a cabo sob o pretexto das Olimpíadas pode ser encarada como “uma guerra contra os pobres” (2017).

A violência urbanística não é novidade no Rio de Janeiro. O que tornou o caso da Vila Autódromo tão intrigante e especial foi a incansável luta dos moradores pela permanência. As práticas de resistência foram inúmeras: protestos, manifestações, produção de camisetas, faixas e cartazes, festivais e vínculos com universidades que apoiavam a manutenção da Vila.

²⁵ Veja esses e outros casos na matéria “Minha casa, Minha dívida: a vida dos ex-moradores da Vila Autódromo”: <https://oglobo.globo.com/rio/bairros/minha-casa-minha-divida-vida-dos-ex-moradores-da-vila-autodromo-22019040>.

É nesse contexto que surge o Plano Popular da Vila Autódromo²⁶ (2012). A iniciativa, realizada pela Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo (AMPVA) em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Universidade Federal Fluminense (UFF) pretendeu demonstrar que “o planejamento popular é possível” e defendeu “o direito de continuar existindo”. O projeto, agraciado com o *Urban Age Award* concedido pelo *Deutsche Bank* em 2013, pretendeu valorizar o saber da comunidade e, a partir dele, propor uma urbanização que atendesse aos interesses locais como alternativa ao desmonte da Vila.

Mesmo com alternativas viáveis à remoção, a prefeitura não desistiu do projeto. A real intenção, de acordo com Diana foi “abrir espaço da cidade tirando a população [de classe] baixa de áreas que se valorizam a partir do interesse imobiliário”. Em suas palavras, “o urbanismo, hoje, ele é ditado pelo interesse imobiliário”.



As casas entregues pela prefeitura na Vila Autódromo (ano não informado). Foto: Ricardo Borges.

²⁶ Veja aqui o documento completo do Plano Popular para a Vila Autódromo: <https://comitepopulario.files.wordpress.com/2012/08/planopopularvilaaudromo.pdf>.

Sandra Maria conta, em entrevista, que as vinte famílias que não aceitaram “nenhum tipo de acordo, apartamento ou indenização” conseguiram permanecer na Vila. Mesmo assim, algumas promessas foram ignoradas. Ela narra que:

(...) o acordo prevê a construção das casas e urbanização da rua onde estão as casas. Após a Olimpíada, ele [o prefeito Eduardo Paes] teria que construir novamente os espaços de convivência que ele destruiu: associação de moradores, centro cultural, a quadra, a área de lazer das crianças, áreas que foram destruídas pela remoção (2018).

Hoje, busca-se preservar a memória do que já foi a Vila Autódromo. O Museu das Remoções, uma iniciativa dos moradores e apoiadores da Vila, lança luz sobre o episódio violento ao qual foi submetida a comunidade. O Museu foi construído a céu aberto e constitui-se como um percurso por esculturas que, além de afirmar a retomada de posse daquele território pelos moradores remanescentes, narram as histórias ali vividas como exemplos de resistência e de solidariedade. Neste sentido, o Museu “apresenta-se como estratégia de luta pelo direito à moradia digna e pelo direito à cidade, contra a construção da cidade neoliberal excludente e autoritária” (Bogado, 2017, p.9).

O caso da Vila Autódromo ilustra a indiscutível reprodução da racionalidade modernista no planejamento urbano, que não contempla as sensibilidades que compõem o vínculo do indivíduo e dos grupos com os lugares. Com observação atenta, ficam óbvios os descompassos entre as visões que o estado e os moradores nutrem sobre aquele território. Aos olhos do primeiro, é mercadoria, possibilidade de investimento, além de ser materialidade de uma condição a ser extirpada: a pobreza. Aos olhos do segundo é a casa, é a vida e, o receptáculo das memórias familiares. O choque entre as duas visões transforma aquele espaço em ainda mais: símbolo de resistência e grito pelo direito de existir.

Enquanto a Vila Autódromo se apresenta como o caso da *casa que se faz pública*, os moradores de rua compõem o caso do *público que se faz casa*.



Fachada das Lojas Americanas na rua Voluntários da Pátria, em Botafogo (2017). Foto própria.

Passando em frente às Lojas Americanas da rua Voluntários da Pátria, em Botafogo, me deparei com uma cena que me deixou intrigada. A fachada da loja é ocupada com metais pintados de amarelo em formato de meia-lua virados para o chão, bastante baixos e estreitos. Lembro que até esse dia, frequentemente, me perguntava qual seria o propósito daquelas peças amarelas. Talvez fossem guardadores de bicicleta, mas eu nunca havia visto nenhuma apoiada ali. Também pensei que sua função poderia ser impedir os moradores de rua que costumam ocupar a calçada de se instalarem debaixo da marquise da loja. Em uma segunda-feira à noite do mesmo ano, desacelerei o passo e confesso ter olhado para trás várias vezes para checar se o que acontecia era mesmo o que eu estava vendo: um morador de rua deitado, o corpo todo ereto, com as costas no chão, encaixado entre os pequenos aros de metal. Toda a cena parecia extremamente sufocante e desconfortável. Não chovia e havia muito espaço livre na calçada em volta, então, qual era o objetivo de ocupar aquele espaço? Uma brincadeira, um devaneio? Um ato desinteressado ou um desafio àquela estrutura projetada para ser um *não-lugar*? Nunca saberei.

O número de moradores de rua no Rio de Janeiro vem sofrendo uma escalada expressiva: de 5.580, em 2013, para 15.000, em 2016, quase triplicando em apenas três anos. O mesmo levantamento identificou um aumento de 75% no número de pessoas com curso superior vivendo nas ruas da cidade²⁷.

Em agosto de 2017, chamou atenção a história de Vilmar Mendonça, um ex-executivo que, após ficar desempregado e acumular diversas dívidas acabou indo morar nas ruas. Mendonça passava os dias nas dependências do aeroporto Santos Dumont (onde usava as cadeiras, internet, água e banheiro). Quando o aeroporto fechava, só restava a ele passar a noite na rua²⁸.

De acordo com documento publicado pela prefeitura do Rio de Janeiro, em 2013, a região Centro (compreendendo os bairros Benfica, Caju, Catumbi, Centro, Cidade Nova, Estácio, Gamboa, Mangueira, Paquetá, Rio Comprido, Santa Teresa, Santo Cristo, São Cristóvão, Saúde e Vasco da Gama) era a que concentrava a maior população de rua da cidade, somando 33,8% do total²⁹.

É comum, na cidade do Rio de Janeiro, se deparar com calçadas, praças, marquises e viadutos transfigurados em casas. Bancos viram camas, grades viram varais de roupa, fontes d'água se transformam em chuveiros. E o trabalho reprodutivo desses indivíduos é executado com a ajuda do patrimônio público da cidade.

É curioso perceber que, mesmo vivendo em um ambiente considerado anormal (ou seja, não apropriado à habitação de acordo com as normas e os costumes da sociedade), os moradores de rua buscam quase sempre mimetizar certos parâmetros do cotidiano considerado padrão. Assim, existe o hábito de “reproduzir ‘a casa’ em plena ‘rua’”, tentando estabelecer certo nível de privacidade ainda que em locais públicos. Neste sentido, muitas vezes, escolhem seu lugar de permanência

usando como critérios a proximidade de fontes de água (para lavagem de roupas, banho e preparação de alimentos) e abrigos que lhes permitam minimizar os efeitos das condições naturais e os tornem relativamente despercebidos durante a noite (*canto de dormir* ou *se*

²⁷ Matéria “Número de moradores de rua com curso superior cresce 75% em 1 ano no RJ” – Site G1: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/numero-de-moradores-de-rua-com-curso-superior-cresce-75-em-1-ano-no-rj.ghtml>.

²⁸ Matéria “Desempregado, ex-executivo vive no Aeroporto Santos Dumont” – Jornal O Globo: <https://oglobo.globo.com/rio/desempregado-ex-executivo-vive-no-aeroporto-santos-dumont-21692795>.

²⁹ Veja mais dados no relatório “População de Rua 2013: Um direito à cidade”: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4576565/4118206/PesquisaCenso.pdf>.

encostar). Daí a preferência por praças públicas, especialmente as que dispõem de lagos e chafarizes (Neves, 2010, p.111).

Essas tentativas de reprodução da casa no espaço público, no entanto, costumam ser recriminadas e perseguidas porque invertem “os princípios sociais de classificação dos espaços públicos e privados”. De acordo com Neves, essas restrições dificultam “a reconstrução de relações sociais baseadas no modelo familiar” (2010, p. 112).

As histórias e perfis que compõem esse cenário são muito variados.

A rua é lugar, como pôde ser verificado durante a investigação, onde alguns ficam por alguns meses, outros por muitos anos e outros tantos até o fim da vida. Há ainda os que, mesmo tendo casa ou não tendo rompido integralmente os laços familiares, acabam por movimentar-se entre períodos na rua e períodos fora dela. Mas, no momento em que nela estão, a vivência é intensa e a rua é a fonte dos recursos necessários do cotidiano: comida, abrigo, socialização, diversão, trabalho, etc, mesmo que isso passe pelos equipamentos públicos destinados a essa população tais como abrigos, albergues e centros pop (Carneiro, 2016, p.92).



Moradores de rua se banham no Chafariz do Largo do Machado (2015). Fotos de Alex Ribeiro.

Carneiro problematiza o fato de, atualmente, o governo e algumas instituições adotarem a expressão “em situação de rua” para se referir a essas pessoas. De acordo com a autora, o termo é problemático em dois sentidos. Primeiramente, “situação” parece demonstrar certa “transitoriedade”, como se habitar o espaço público urbano se configurasse sempre como estado passageiro. Em segundo lugar, esse posicionamento parece guardar também uma crítica silenciosa:

Ainda, o vocábulo “situação” parece condicionar aquilo que para alguns é um modo de vida como algo a ser alterado dentro de um escopo da normalidade considerada como a vida fora das ruas. Ou seja, afasta-se do reconhecimento da rua como lugar que cinde as noções estabelecidas de público e privado e que gera heterotopias (Ibid., 2016, p.92).

O que Carneiro salienta é o estigma do indesejado reproduzido sobre a vida na rua, como a vida marginalizada elevada ao seu máximo, na qual não há nenhuma possibilidade de normalidade ou de rotina. Esta visão, provavelmente, é algo que Jacobs encararia como problemática porque ignora a validade na tentativa de ver ordem onde parece haver apenas caos. Bem como nas moradias domésticas, a vida na rua também se constitui em uma determinada rotina. Esta, moldada por uma ordem toda própria, fruto de diferentes relações. A “apropriação da rua” só se faz possível através da “negociação diante de uma série de conflitos de interesses” (Neves, 1999, p.112).

A rua, concebida como espaço público, não é, como recorrentemente se pensa, o lugar do desgarrado e do abandonado. Enquanto espaço social, ela não pode ser compreendida tão-somente pelo olhar externo que descreve o vaivém dos usuários e define direitos e deveres. O entendimento das relações que aí se desenrolam depende da compreensão das instituições e do sistema de hierarquias que definem e legitimam os papéis que neste espaço vão sendo construídos e reconhecidos (Ibid., 1999, p. 111).

Delma Pessanha Neves destaca ainda que esse modo de vida que se constitui na rua consiste na inserção dos indivíduos em uma “rede de comunicação, de troca de informação, de apoio e de aliança de interesses”. De acordo com a autora, “essa rede é de formação complexa porque tangencia os representantes das múltiplas ordens que investem na gestão do espaço público” como os moradores de rua, os trabalhadores de rua, os policiais, os taxistas e outras figuras que compartilham diariamente desse domínio (1999, p.112).

Aos que de fora observam, (ou seja, aqueles que “detêm residência privada”), “a rua é o espaço do indivíduo anônimo e desgarrado, maltratado, cuja humanidade é reencontrada se for capaz de reconstruir o espaço caseiro e familiar”. Ao contrário disso, para aqueles que encontram na rua “um espaço para se instalar e objetivar atividades definidas como próprias à vida privada”, a rua é lugar de “abundância a ser vasculhada, de acolhimento a ser conquistado e de alternativas para os que não se desalentam diante da condenação à morte” (Neves, 1999, p.1119).



Homem vasculha uma caçamba da Comlurb (ano não informado). Foto: Ricardo Borges.

As intempéries e a escassez não são, entretanto, as únicas dificuldades da vida na rua. Os medos e preconceitos enraizados na sociedade se traduzem frequentemente em esforços de dissuasão e expulsão dessas pessoas de determinados espaços. “Esta população, além da própria estigmatização social, também é alvo de intolerâncias que dificultam o convívio sócio-espacial com outros segmentos” (Robaina, 2015, p.50). Vem se tornando cada vez mais comum o que costuma ser chamada de “arquitetura anti-mendigo”. Nela, pedras, grades e outras estruturas materiais ganham espaço no meio urbano com o objetivo de impedir a ocupação dos

moradores de rua. Foi essa ocorrência que me levou a questionar o propósito dos arcos amarelos na fachada das Lojas Americanas como citado anteriormente.

Os prédios na Zona Sul do Rio de Janeiro têm sido pioneiros na instalação de dispositivos cada vez mais diversificados, como chuveiros e até mesmo holofotes, para afastar a população de rua³⁰. Se os moradores de rua constituem um caso de desestabilização entre o público e o privado, a sociedade civil (indivíduos, representantes de condomínios, associações de moradores) que reforma (ou deforma) o espaço do lado de fora com o objetivo de expulsar, também atravessa os limites do privado.

Esses aparatos de expulsão também podem integrar os espaços públicos:

De um modo em geral, os equipamentos urbanos são reduzidos em seus tamanhos ou têm as suas formas alteradas. São exemplos os bancos, que ganham divisórias individuais e perdem os encostos, tornando-se desconfortáveis para um uso mais longo, e as novas latas de lixo, que dificultam a introdução dos braços para a coleta de alimentos e outros materiais (Robaina, 2015, p.51).

Em entrevista concedida ao jornal *El País*, Dona Maria da Penha, uma das figuras mais emblemáticas da resistência na Vila Autódromo, proferiu uma sentença que pode se referir a ambos os casos: “as pessoas às vezes pensam no pobre como lixo para ser removido. Não somos lixo, somos pessoas com direitos que precisam ser respeitados”³¹.

³⁰ Veja mais na matéria Além de "chuveirinho", Rio tem holofotes, pedras e grades 'antimendigo': <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/08/09/alem-de-chuveirinho-rio-tem-holofotes-pedras-e-grades-antimendigo.htm>.

³¹ Matéria “Vila Autódromo, a comunidade que venceu os Jogos Olímpicos”: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/25/politica/1469450857_996933.html.

3

Disciplina e subversão: uma cidade, várias cidades

Os desmontes, expulsões e afastamentos típicos das grandes reformas urbanas podem ser entendidos como a face mais dura e concreta de uma suposta divisão da cidade. A marginalização, no entanto, é construída e reforçada diariamente em práticas de natureza (um pouco) mais abstrata. Para os grupos marginalizados, que enxergam a cidade a partir de um outro lado, há uma outra cidade. Uma cidade são duas, três, várias cidades: do sim e do não, dos acessos e omissões, dos direitos e exclusões. Aqui investigo Rios de Janeiro que se chocam todos os dias, demonstrando que a discussão sobre a exclusão também tem uma face científica.

3.1

Exclusões: a agência das coisas e outros fenômenos

Desde Jacobs, muitos aspectos do planejamento urbano se transformaram e passou-se a reconhecer, por exemplo, “como as estruturas físicas influenciam o comportamento humano” (Gehl, 2015, prefácio, p. xiv).

Embora esta seja uma pauta cada vez mais forte do Novo Urbanismo³², a ideia de que as formas urbanas afetam fenômenos sociais não é nova. Ela foi abordada pelo cronista Lima Barreto durante a urbanização do Rio de Janeiro. Barreto discutiu o que parece ter sido um tal poder disciplinador (Foucault, 2005) da reforma uma vez que a modernização da cidade se dava também como espetáculo que tornava espaços, ainda que públicos, inacessíveis aos mais pobres. Em uma de suas crônicas, Lima Barreto critica a mudança de sede da Biblioteca Nacional, cuja luxuosidade do novo prédio “afastava as classes mais populares que tinham algum grau de instrução” (Moura, Costa & Prestes, 2012, p.64).

³² A Carta do Novo Urbanismo, criada em 2000 pela organização *Congress for the New Urbanism* (CNU), estabelece 27 princípios para políticas públicas, projetos de desenvolvimento e planejamento urbano com o propósito de reviver a “relação entre a arte de construir e de a fazer uma comunidade”. O movimento do Novo Urbanismo defende que “as soluções físicas por si só não resolverão os problemas econômicos e sociais”, mas que a vitalidade, a estabilidade e a saúde ambiental de uma comunidade também dependem de uma infraestrutura física coerente. Veja a Carta em: <https://www.cnu.org/who-we-are/charter-new-urbanism>.

Disse o cronista:

A minha alma é de bandido tímido, quando vejo desses monumentos, olho-os, talvez, um pouco, como um burro; mas, por cima, de tudo, como uma pessoa que se estarrece de admiração diante de suntuosidades desnecessárias [...] O Estado tem curiosas concepções, e esta, de abrigar uma casa de instrução, destinada aos pobres-diabos, em um palácio intimidador, é uma das mais curiosas (Barreto, 1915 apud Moura, Costa & Prestes, 2012, p.64).

Sem dúvidas, os materiais de um meio denunciam os verdadeiros donos daquele habitat. A desigualdade social e econômica pode ser diariamente encarada nas estruturas da cidade carioca. A manutenção do transporte público, a ausência de saneamento básico, a conservação das calçadas ou os buracos de tiros nas paredes. Do trem, a paisagem é toda fios elétricos, tijolos aparentes, mato alto, grades decrépitas e entulho. Não há qualquer sentimento de prosperidade ali.

Nos bairros mais pobres do Rio de Janeiro, os espaços públicos são frequentemente encontrados em péssimas condições que resultam da combinação do abandono e da depredação³³. As estações do BRT transformadas em mercadinho até parecem uma melhoria do espaço se comparadas a outros casos.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612104/CA



Passageiro entra sem pagar na estação Curral Falso, transformada em loja de guloseimas, do BRT em Santa Cruz (2018). Foto: Márcia Foletto.

³³ No BRT, a taxa de evasão (ou seja, o número de passageiros que usam o serviço sem pagar) é tão alta que se ameaça fechar a linha Santa Cruz-Campo Grande. Veja mais na matéria “BRT anuncia que vai interromper o serviço em trecho do corredor Transoeste”: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/brt-anuncia-que-vai-interromper-o-servico-no-corredor-transoeste.ghtml>.

Os efeitos da experiência humana no material são mais do que claros. Um movimento mais recente no campo das Relações Internacionais vem se preocupando, no entanto, em estudar esta relação no sentido contrário a partir do entendimento de que, afinal, “a matéria importa” (Lundborg & Vaughan-Williams, 2015, p.4). O Novo Materialismo surge como reconhecimento da tradicional ausência de consideração da materialidade e das “forças não-humanas” na teoria política. Ao contrário do que acontece nas ciências naturais, os cientistas políticos construíram tradicionalmente um método de análise extremamente antropocêntrico (2015, p.12).

Para o Novo Materialismo, os objetos e materiais a nossa volta também são políticos ao passo que “constituem os mundos comuns que compartilhamos e o denso tecido de relações com os outros no qual e através do qual nós vivemos” (Lundborg & Vaughan-Williams, 2015, p.12). Um caso ilustrativo é a destruição deliberada de construções em tempos de guerra como ocorrido na Bósnia, na Chechênia e no conflito entre Israel e Palestina, entre outros. Este tipo de violência, que usa a materialidade urbana como “alvo definitivo”, faz do ataque às construções como “um fim em si mesmo” uma tática de guerra (Ibid., p.14). Esse fenômeno, conhecido como “urbicídio”, ou seja, a destruição de edifícios com o propósito de minar as “possibilidades políticas” de determinada sociedade (Coward, 2009, p.48), faz lembrar o caso da Vila Autódromo. Quando a prefeitura destruiu a Associação de Moradores, a comunidade decidiu pintar “ASSOCIAÇÃO DE MORADORES” nos muros das casas. Uma estratégia para demonstrar que o coletivo continuaria existindo em todo e qualquer lugar.

A noção de “*milieu*”, ou “meio”, como tratada por Foucault, oferece bases interessantes para esta discussão. O meio, de acordo com o autor, é não somente o cenário para fenômenos, eventos e relações. O meio é também aquilo que explica a “ação à distância de um corpo sobre o outro” (2008, p.27).

O meio é certo número de efeitos, que são efeitos de massa que agem sobre todos os que aí residem. É um elemento dentro do qual se faz um encadeamento circular dos efeitos e das causas, já que o que é efeito, de um lado, vai se tomar causa, do outro (Foucault, 2008, p.28).

Além de lembrar o princípio da complexidade organizada, Foucault ressalta a conexão e agência da materialidade sobre os corpos quando entende que intervir no meio é uma tática para intervir na população:

E, enfim, o meio aparece como um campo de intervenção em que, em vez de atingir os indivíduos como um conjunto de sujeitos de direito capazes de ações voluntárias- o que acontecia no caso da soberania -, em vez de atingi-los como uma multiplicidade de organismos, de corpos capazes de desempenhos, e de desempenhos requeridos como na disciplina, vai-se procurar atingir, precisamente, uma população. Ou seja, uma multiplicidade de indivíduos que são e que só existem profunda, essencial, biologicamente ligados à materialidade dentro da qual existem. (Foucault, 2008, p.28).

Quando consideramos que a materialidade também cumpre o papel de constituir “quem pensamos que somos, onde pensamos que estamos e como pensamos sobre nossa existência no mundo” (Lundborg & Vaughan-Williams, 2015, p.14), torna-se intuitivo acreditar que também as disparidades materiais entre as classes (nas condições do habitar, do trabalhar, do locomover-se, do divertir-se) são instrumentos não apenas de *demarcação*, mas de *reprodução* das desigualdades. Neste sentido, Raquel Rolnik destaca que são dois Rios de Janeiros totalmente diferentes quando nos referimos à Zona Sul ou à Baixada Fluminense (1988, p.40). Assim, no Rio de Janeiro, o espacial é mais que símbolo de divisões. Ele se transfigura em linhas-guias que conduzem o sujeito a se localizar, se reconhecer e se entender como ator responsável a desempenhar determinado papel naquela sociedade. As desigualdades materiais, portanto, influenciam os comportamentos, condicionam planos e limitam capacidades.

In other words, ‘things’ condition the possibility of human interactions, shape political communities, and influence behaviours and outcomes – indeed, matter cannot be divorced from the ‘we’ it in part constitutes (Lundborg & Vaughan-Williams, 2015, p.12).³⁴

Dessa forma, a cidade pode ser encarada como “um imenso quebra-cabeças, feito de peças diferenciadas, onde cada qual conhece seu lugar e se sente estrangeiro nos

³⁴ Traduzo: Em outras palavras, ‘coisas’ condicionam a possibilidade de interação humana, modelam comunidades políticas e influenciam comportamentos e resultados – de fato, o material não pode ser divorciado de nós que, em parte, constitui. (Lundborg & Vaughan-Williams, 2015, p.12).

demais” (Rolnik, 1988, p.40). Não é só na materialidade, no entanto, que se ancoram essas divisões. No caso de Pereira Passos, como já vimos, havia as normas que combatiam as velhas *usanças*. A questão é que as negativas e permissões não se contêm apenas na exclusão dos hábitos indesejados, mas principalmente das pessoas indesejadas. Nesse espírito, “o que o planejamento urbano chama de subnormal, a polícia chama de marginal e o povo em geral de má vizinhança, que desvaloriza o bairro” (Rolnik, 1988, p.68). Conseqüentemente, as práticas de marginalização se dão em diversos aspectos. As fronteiras podem ser materiais e/ou abstratas.

É bastante fácil perceber que, na capital fluminense, os espaços onde se encontram diferentes classes sociais estão frequentemente marcados por uma linha que, embora invisível, não é nada tênue. No Rio de Janeiro, os espaços compartilhados por pessoas pobres e pessoas ricas costumam ser aqueles em que está mais nítida a desigualdade. Neles ficam expostos os traços de cidade pós-colonial, aquela na qual as hierarquias materiais e imateriais definiram não uma, mas duas cidades “étnica, social e espacialmente segregadas” (King, 2009, p.1).

Do mundo colonial, “um mundo dividido em dois” (Fanon, 2004, p.3), perduram as desigualdades que se fazem visíveis ainda hoje nas formas e normas da cidade.

Sobre o Rio de Janeiro colonial, Rolnik descreve como a separação entre as classes não era tanto de natureza física. Pobres e ricos misturavam-se nos ambientes porque, na verdade, a distância entre eles “era infinita”. Diferenciavam-se nos gestos, nas vestimentas e sobretudo na cor da pele (1988, p.46). Com a subsequente mercantilização da cidade, a terra se torna mercadoria da qual se apoderam os que têm recursos. Àqueles menos abastados, restam as áreas marginalizadas, superpovoadas (Ibid., p.51). Daí se estabelece também a separação espacial.

Sobre a força do capital na cidade, Henri Lefebvre destaca um “duplo caráter”, ou seja, um poder de estabelecer o que ele chama de “lugar de consumo e consumo de lugar”. A “cidade capitalista”, de acordo com o autor, cria um centro de consumo, dos “comércios raros”, dos “produtos e gêneros de luxo”, ao redor do qual se estabelecem também os espaços privilegiados que os consumidores destes artigos também passam a consumir (2010, p.130).

De fato, de acordo com Harvey, há uma relação estreita entre a urbanização e o desenvolvimento do capitalismo. As cidades, em suas palavras, “emergiram da concentração social e geográfica do produto excedente” (2012, p.74). Manuel Castells corrobora a ideia relatando que as cidades surgiram como o lugar de moradia daqueles indivíduos “cuja presença direta nos locais de produção agrícola não era necessária”. As cidades, portanto, “podiam existir somente com base no excedente produzido pelo trabalho na terra” (1977, p.11). Neste mesmo sentido, Harvey destaca que a “urbanização sempre foi um fenômeno de classe” (2012, p.74).

O Rio de Janeiro parece, então, amalgamar os dois eventos, o da desigualdade como fenômeno intrínseco do processo de urbanização e o da desigualdade herdada da estrutura colonial, ambas corroboradas diariamente nas práticas de secessão. A auto-segregação das elites, como no caso dos condomínios fechados, pode ser entendida como um fator essencial ao exercício de poder social dessas classes (Ribeiro, 2015, p.95).

Mesmo nos espaços em que se encontram diferentes classes, permanece latente um desejo de separação. Neles, são encorajados os pobres que se apresentam instituídos de um caráter servil, que reforçam a ideia de que aquele não é seu lugar natural. Neste caso, a linha divisória de classes é menos aparente porque a separação é naturalizada. Há, portanto, uma discriminação silenciosa, não questionada. É assim com o uso do elevador de serviço por empregadas domésticas ou a obrigatoriedade de vestir branco no caso das babás em shoppings e clubes de classe alta. Essa linha, no entanto, também pode ser violenta. Ela se faz forte quando, ao contrário do primeiro caso, as hierarquias são desafiadas, como no caso do “Rolêzinho”, como será explicitado adiante.

A cidade é, portanto, um espaço demarcado por “cercas, fronteiras imaginárias, que definem o lugar de cada coisa e de cada um dos moradores” (Rolnik, 1988, p.41). Nesse contexto, a cidade, uma “máquina da diferença”, tem fronteiras “constantemente produzidas e negociadas” que “incluem e excluem sujeitos políticos” do papel de cidadãos (Coward, 2010, p.470).



Rapaz negro observa guardas municipais. Entre eles, um muro (ano não informado). Foto: Ricardo Borges.

O aspecto disciplinador da cidade, inserido nas práticas das autoridades e das relações cotidianas, parece querer estabelecer uma ordem na qual cada indivíduo ocupa (e se conforma a ocupar) seu devido lugar, como no Panóptico³⁵ de Jeremy Bentham; uma forma de vigilância em que se é visto sem nunca ver, uma vigilância que produz resignação à disciplina (Foucault, 1999, p.167).

Nas palavras de Raquel Rolnik, essa disciplina se apresenta como um “projeto normalizador”, que ataca os que desviam, numa tentativa de criar uma cidade homogênea. A anormalidade ou a subnormalidade é, então, caçada pelos equipamentos do estado. Desse modo, “ao mesmo tempo que para os equipamentos de saúde há o indivíduo saudável, para a legislação urbana há a casa saudável, o

³⁵ Foucault descreve o panóptico: “na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre: esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. [...] Em suma, o princípio da masmorra é invertido; ou antes, de suas três funções – trancar, privar de luz e o olhar de um vigia captam melhor que a sombra, que finalmente protegia. A visibilidade é uma armadilha” (1999, p.166).

bairro saudável” (1998, p.67), e os que fogem deste padrão se encontram submetidos à extinção ou à exclusão.

No entanto, como espaço “socialmente contestado” (Brenner, 2008, p.198), a cidade está entregue a “movimentos contraditórios” (De Certeau, 1998, p.174). Assim, não figuram apenas as estruturas e as separações delimitadas pelo planejamento urbano ou pela disciplina que se pretende impor. Como força contrária, surgem também aquelas de desafio às ordens desiguais do cotidiano. É nas margens que foram colocados esses indivíduos, aos quais a cidade não contempla nem em formas e nem em normas, que surgem os mais diversos tipos de transgressões, propositadas ou inconsequentes, por necessidade ou resistência, como no caso *Intrusões* que será discutido neste capítulo.

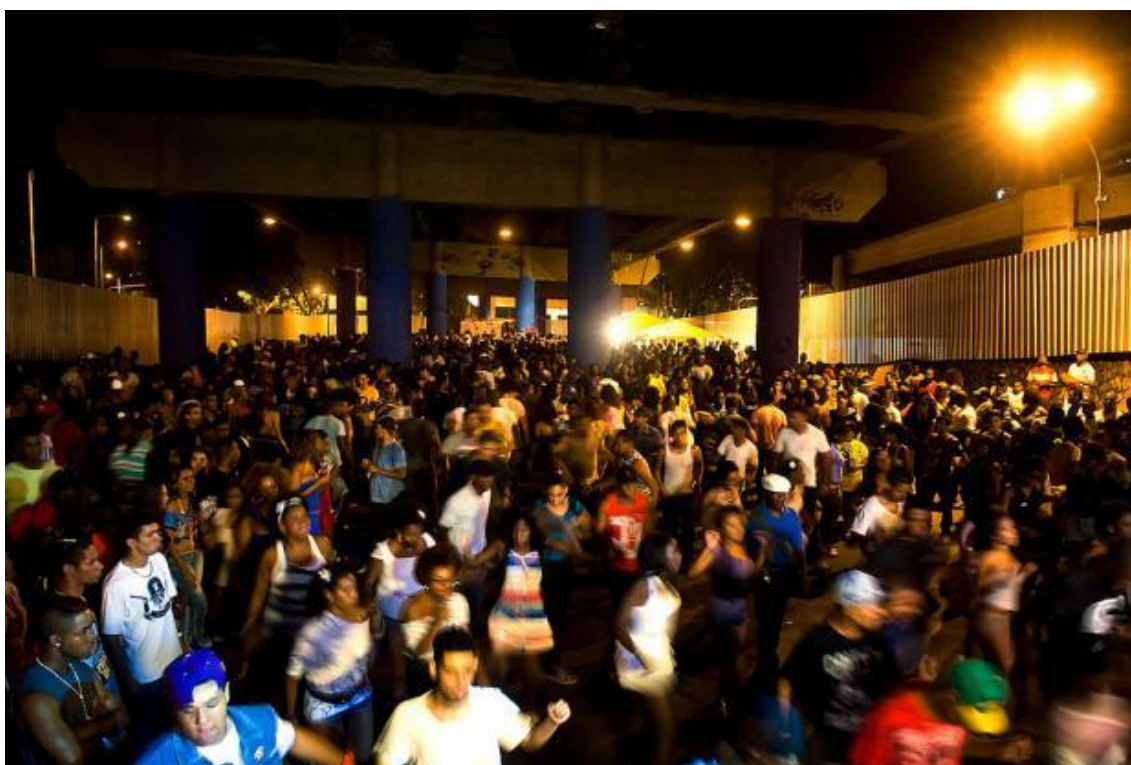
Desse modo, em uma releitura de Foucault, Michel de Certeau afirma que a “linguagem do poder se urbaniza, mas a cidade se vê entregue a movimentos contraditórios que se compensam e se combinam fora do poder panóptico (1998, p.174). O indivíduo, por conseguinte, não é só refém de determinada ordem. Ele a questiona, desafia, corrobora ou destrói continuamente.

Se é verdade que existe uma ordem espacial que organiza um conjunto de possibilidades (por exemplo, por um local por onde é permitido circular) e proibições (por exemplo, por um muro que impede prosseguir), o caminhante atualiza algumas delas. Deste modo, ele tanto as faz ser como aparecer. Mas também as desloca e inventa outras, pois as idas e vindas, as variações ou improvisações da caminhada privilegiam, mudam ou deixam de lado elementos espaciais (Ibid., 1998, p.178).

Por isso, há os anúncios das cartomantes que trazem o amor em até três dias pintados nos muros ao longo da Avenida Brasil; há as estações do BRT vandalizadas, invadidas, transformadas em ponto de comércio informal; há os *pardais*³⁶ que multam os carros por excesso de velocidade com as câmeras retorcidas apontando para o céu; há as vans paradas em filas duplas ou até triplas recolhendo e deixando os passageiros em qualquer possibilidade de espaço perto ou longe das calçadas.

³⁶ Costuma-se chamar de “pardal” o radar eletrônico que detecta e fotografa automóveis trafegando em excesso de velocidade. Com as câmeras fora da posição correta, o sensor magnético detecta a alta velocidade, mas não é capaz de fotografar o veículo em questão e, portanto, fica incapaz de produzir a multa de trânsito.

Diariamente construída, destruída, remodelada pelo povo, a cidade avisa que as *usanças* e a sobrevivência podem falar mais alto que o planejamento ou a disciplina. Justamente porque a cidade não é pensada, composta e estruturada para as classes mais baixas, é que elas a experimentam de forma particularmente subversiva. As desestabilizações dos espaços, portanto, são métodos de sobrevivência em uma vida escassa, de usar a favor de si o máximo que o meio urbano pode oferecer. Elas são também prática de resistência, uma estratégia de se fazer visível àqueles que só lhes pretendem ocultar ou excluir.



Baile Charme de Madureira. O evento tradicional da região acontece debaixo de um viaduto (2011). Foto: Mapa de Cultura/ Diadorim Ideias/ Isabela Kassow.

3.2

Roteiro e imprevisto

Certa vez, numa mesa de bar na Rua do Ouvidor, ouvi um diálogo entre duas mulheres não-cariocas. Nascidas em cidade pequena, uma delas morava no Rio de Janeiro já havia alguns anos. A outra era uma amiga que estava vindo visitá-la. A amiga reclamava que frequentemente era empurrada ou até mesmo xingada nas ruas, especialmente quando tentava parar em qualquer lugar de uma calçada para ver uma vitrine ou esperar por alguém. Ela era frequentemente “atropelada” por

outros pedestres, que faziam questão de demonstrar seu descontentamento por ela estar parada *no meio do caminho*. Ela comentava a falta de educação do carioca e questionou porque tanta rispidez e pressa de chegar a qualquer lugar. Ao que a amiga residente no Rio respondeu: “é que a cidade aqui é muito massacrante”.

3.2.1

Intrusões

Quando o relógio da Central do Brasil marca 18 horas, embaixo da torre os cariocas que trabalham na *cidade*³⁷ se aproximam em passos apressados com a missão de pegar o próximo trem. Frequentemente, uma mistura perturbadora de exaustão, superlotação e descaso transforma o momento da volta para casa em um espetáculo de absurdos. Vide o fato de que a cada duas horas, um trem tem partida cancelada ou viagem interrompida antes do destino final. Entre janeiro e junho de 2017, por exemplo, 1954 viagens foram suprimidas dessa forma³⁸. No caos da hora do *rush*, os ânimos ficam exaltados. Como efeito borboleta, um microfone quebrado, um telão desatualizado, uma mudança feita em cima da hora e logo haverá um mar de gente se atirando nos trilhos e escalando um paredão de concreto para chegar à plataforma correta.

Parece irracional, mas quem conhece as condições em que opera a SuperVia³⁹ já não vê absurdo nas situações às quais se submetem os 700 mil passageiros diariamente transportados pela companhia. Neste cenário, falam mais alto o desespero coletivo, a necessidade de chegar em casa e, claro, a pura e simples falta de opção de meios de transporte.

Viajar sentado exige uma verdadeira corrida pelo ouro. Pessoas são pisoteadas na busca desesperada por um lugar nos bancos. Os desatentos acabam sentando sem querer no colo de outro passageiro que chegou na frente. *Tarde demais*. Há os mais ousados, que entram pelas janelas, tentando se adiantar. Ouvi o caso de uma enfermeira que levantou para socorrer outro passageiro passando mal e perdeu o

³⁷ “Cidade” é como a maior parte dos cariocas do subúrbio chama o centro do Rio de Janeiro.

³⁸ Veja mais na matéria “Trens : a cada duas horas uma partida é cancelada ou uma viagem é interrompida”, Jornal Extra: <https://extra.globo.com/noticias/rio/trens-a-cada-duas-horas-uma-partida-cancelada-ou-uma-viagem-interrompida-22112368.html>.

³⁹ Empresa que opera o serviço de trens urbanos na região metropolitana do Rio de Janeiro.

lugar. *Ninguém mandou levantar*. Os lugares preferenciais dificilmente ficam disponíveis a quem tem direito.

Mesmo de pé é difícil caber ali. Cada centímetro quadrado é disputado. Mas, mesmo com espaço escasso e ar quase rarefeito, o trem é muito mais do que um meio de transporte. É um evento, um acontecimento cultural por si só.

Depois da agressiva disputa por um assento ou mesmo por uma vaga de pé, é bastante possível que algo dê errado no caminho. Uma das entrevistadas relata um desses casos. Enguiçado entre as estações de Vila Militar e Deodoro (um trecho bastante extenso), o trem parou e o único aviso dado aos passageiros foi “desçam”. Saltaram nos trilhos e caminharam um longo trecho até a próxima estação. Sem nenhum agente da SuperVia acompanhando a travessia, o grupo caminhou com esforço e muito medo ao longo do percurso que dividiram com trens que passavam em alta velocidade ao lado.

Ainda que a viagem não seja interrompida por falha técnica, ela ainda é suficientemente curiosa com a presença das ilustres *figuras* do trem. Perguntada se já viu alguma situação fora do comum nas viagens, uma das entrevistadas respondeu que “fora do comum é todo dia, nada é comum no trem”. Ela mesma já escapou de uma pedrada e uma tentativa de assalto. Outra entrevistada relata que viu uma senhora tirar um gato de dentro de uma bolsa, servir comida e água ao animal e guardá-lo de volta antes de saltar na estação da Central do Brasil. Uma terceira presenciou a festa de aniversário do *Seu Amaral* em um vagão do trem. Até hoje ela não sabe quem é o *Seu Amaral*.

Os personagens que dominam os trens urbanos cariocas são muito variados. Há os palhaços, os artistas da dança e da música. Assim como já houve os surfistas de trem⁴⁰, comuns na década de 1980, eternizados na música *W/Brasil* (1992) de Jorge Ben Jor. Hoje, são comuns pessoas expondo doenças, síndromes e deficiências físicas por um *trocado*.

As estrelas do trem, no entanto, são os vendedores ambulantes. Os camelôs percorrem o trem de ponta a ponta, independente das dificuldades de movimentação dentro do trem na hora do *rush*, caminham com isopores, caixas, amarrados e

⁴⁰ Leia mais sobre os míticos surfistas de trem na matéria “Mar Raivoso” (1988) da Revista Trip: <https://revistatrip.uol.com.br/trip/mar-raivoso-a-ousadia-e-o-protesto-dos-surfistas-ferroviarios-no-rio-de-janeiro>.

ganchos que parecem cachos de banana, mas com saquinhos de bala, chiclete, jujuba e chocolate no lugar das frutas. Não se seguram, são capazes de se equilibrar no balanço do trem com quilos de mercadoria nas mãos – os verdadeiros surfistas de trem da atualidade.

Uns amam, outros detestam. Mas ninguém nega que o *trampo* é pesado. Exige disposição para andar o dia todo, força para carregar tanto produto e voz poderosa para fazer o que sabem melhor: vender. É curioso que o Rio de Janeiro seja conhecido entre os brasileiros como a cidade do péssimo serviço. Aqui praticamente se implora ao garçom por uma cerveja, por um café ou mesmo pela conta. Nas lojas, a mesma coisa. E o mesmo se repete nos caixas dos bancos e nos supermercados. Parece que todo o talento para as vendas e atendimento ficou retido nos trens da SuperVia.

“O trem é o shopping do trabalhador” disse uma das entrevistadas. Os vendedores do trem têm carisma e um talento nato para o marketing. Se trazem um produto novo, apresentam, fazem demonstrações e, explicam todas as funções. Fazem um casamento perfeito entre passageiro e produto.

Um vendedor anuncia o *pendrive* que se conecta ao celular dizendo “esse é pra quem lê texto em pdf pra faculdade ou pra quem quer viajar e tirar várias fotos sem perder espaço no celular (sic)”.

Quando trazem um produto corriqueiro, florescem: “trocar de escova de dente a cada três meses não é luxo, é essencial para a sua saúde bucal”.

Traduzem os produtos importados: “essa é a bala Ice Kiss, que vem do inglês ‘beijo gelado’”.

E fazem das piadas sua melhor tática: “essa é a promoção da *black fraude* SuperVia... quem encontrar a caixa premiada, ganha uma casa no morro do Jacarezinho”. Em resposta a essa, todos riem e respondem “não quero, não”.

Alguns fazem piada sobre a desconfiança que paira no ar sobre a procedência das mercadorias. Além da boa e velha desculpa do “caminhão que virou”, alguns dizem “juro pela minha sogra mortinha que não é roubado”. Esse tipo de fala incomoda alguns passageiros. Outros acham graça.

Os vendedores gritam. Muito. Alguns usam microfones. Esses até abafam a voz dos que contam apenas com o gogó. Sem um fone de ouvido (que pode ser adquirido no trem), o passageiro fica refém das armadilhas do *capitalismo ferroviário* e mais cedo ou mais tarde acaba se entregando a um produto novo ou a um bordão engraçado. Nem que seja um doce para ajudar a viagem a passar mais rápido ou “*pra alegrar as crianças em casa*”.

A maioria dos entrevistados fala sobre seu consumo com precaução. Diz que evita, mas às vezes compra. “Se eu dissesse que não compro, estaria mentindo” é uma resposta muito comum. Desde que os jornais passaram a noticiar o aumento do roubo de caminhões de carga, especialmente na região metropolitana do Rio de Janeiro e a conectá-los à prática da venda informal, os passageiros parecem se preocupar mais com a origem dos produtos. Especialmente quando eles são totalmente inesperados. Os entrevistados relatam ter visto serem vendidos iogurte, salame, *nuggets*, mortadela, lasanha congelada, bacon, linguiça, presunto, ovo de páscoa e até peru de natal.

Uma das maiores queixas entre os entrevistados se refere ao excesso de vendedores. “Pode ser útil para quem está com fome ou com sede, mas é um caos... às vezes são dez gritando todos juntos no mesmo vagão”. Essa cacofonia incomoda muitos passageiros que costumam usar as horas diárias no trem para ler, fazer uma oração, estudar ou cochilar. Alguns consideram que o comércio informal já “passou um pouco dos limites” e que falta controle por parte da SuperVia. “O comércio pode ajudar numa hora de sufoco, mas atrapalha mais do que ajuda, principalmente nos horários de pico”.

Quem pega o trem há muitos anos afirma que há 40, 30 ou até 20 anos atrás, o comércio no trem era uma utilidade, um *quebra-galho*. Havia poucos vendedores e uma variedade muito menor de produtos. Hoje, a oferta domina todo o espaço e dá um aspecto de “feira livre” ao lugar. Tanta competição, às vezes, acaba em briga entre os ambulantes.

Ao mesmo tempo, a maioria dos passageiros nutre uma certa empatia e compreensão pelo ofício dos vendedores ferroviários. “São pessoas trabalhando, sustentando a família... é um trabalho como outro qualquer”.

De acordo com os ambulantes, vender no trem é uma tática de negócio. O motivo se resume facilmente: velocidade de venda. A exposição a um grande público e a possibilidade de trocar de trens sempre que necessário acelera o trabalho. Especialmente quando se compara com as vendas feitas nas ruas.

Um dos vendedores entrevistados diz que já vendeu de tudo: máquina de costura, máquina de cortar cabelo, barbeador, fone de ouvido, cabo USB, carregador de celular tradicional e portátil além de uma variedade de produtos alimentícios. O que mais fez sucesso? Bombons Ferrero Rocher.

O segredo, de acordo com o vendedor, é comprar os produtos que são recolhidos das lojas e dos supermercados por estarem próximos da data de vencimento. Esses produtos, teoricamente, são recolhidos para serem destruídos, mas muitos acabam ganhando esse novo destino. Com essa tática, é possível pagar bem pouco e oferecer o produto a um valor abaixo do praticado no mercado aos consumidores do trem.

Há produtos que se vendem sozinhos, que não requerem muito esforço, mas estudar o artigo e fazer uma boa propaganda ajuda muito no negócio. “Escolho produtos que tenham a ver com uma necessidade e penso no que eu vou falar para fazer o cliente enxergar essa necessidade”, diz um dos vendedores entrevistados.

Este mesmo ambulante, que costuma trabalhar diariamente das 12h00 às 19h00, diz que o negócio das vendas no trem pode ser bastante rentável. Ele afirma já ter conseguido fazer em torno de R\$800,00 de lucro em um único dia de vendas. Mas essa sorte não é permanente. Nem sempre as vendas são tão boas e alguns produtos não fazem tanto sucesso e os que vendem bem podem ficar difíceis de se conseguir.

Ele conta também que conhece muitos vendedores que têm ensino superior e outros vários que pagam a faculdade com a renda proveniente do comércio no trem. “Meu próprio irmão faz isso”.

Um caso que fez sucesso em 2017 foi o de Amanda Mattos. A bailarina, de 20 anos, foi selecionada para participar de um curso de um mês na escola *Central Florida Ballet*, nos Estados Unidos e decidiu vender brigadeiros como forma de financiar a viagem. Começou nas ruas, oferecendo de loja em loja, mas esse método exigia muito tempo e caminhadas longas. Pensando na velocidade de venda, decidiu migrar para o trem.

Moradora de Mesquita e usuária do ramal Japeri, Amanda aproveitava o trajeto até a Central a caminho dos ensaios e aulas para vender os docinhos. Contando sua história aos passageiros, Amanda se surpreendeu com o resultado: “Tinha gente que dava dinheiro a mais ou que nem queria o brigadeiro e só me dava o dinheiro. Não teve um dia que as pessoas não foram receptivas comigo”.

Também houve muita solidariedade por parte dos vendedores. Alguns a ajudavam a anunciar, especialmente os que tinham microfone.

Amanda reconhece que as vendas são muito disputadas e acha que isso se deve à quantidade de vendedores e ao fato de que vários deles estão anunciando simultaneamente o mesmo produto. Ela comenta um fato no qual reparo toda vez que estou no trem: o baixíssimo número de vendedoras mulheres. “No início fiquei um pouco receosa porque a maioria dos vendedores *são* homens”. Ela diz que viu no máximo três mulheres vendendo ao mesmo tempo e acha que isso se deve ao fato de que as mulheres têm medo de ouvirem alguma *gracinha*, como ela mesma já ouviu algumas vezes.

A história de Amanda fez sucesso nos trens e logo estampou os jornais. Através de um projeto de arrecadação online, ela conseguiu a quantia necessária para realizar seu sonho. A SuperVia soube da história e ajudou. Quando Amanda voltou dos Estados Unidos, foi a estrela de um espetáculo organizado pela companhia de trens urbanos que aconteceu no epicentro de tudo, a Central do Brasil.

Amanda diz que, caso necessário, voltaria a vender os docinhos, mas não nos trens. Depois do apoio da SuperVia e reconhecendo que a atividade comercial nos trens é ilegal, ela diz que optaria por outros locais.

Em resposta ao meu pedido de entrevista, a SuperVia respondeu por e-mail que “investe em campanhas de conscientização com o objetivo de alertar sobre a proibição do comércio ilegal de camelôs e os riscos do consumo de produtos de procedência não conhecida e, por vezes, fora do prazo de validade”. A concessionária disse ainda que “sua equipe de segurança não tem poder de polícia e, por isso, conta com as autoridades policiais para atuar nessa fiscalização”.

Nos trens, parece prevalecer a lógica do *se nada é normal, tudo é normal*. Há toda uma lista de atividades proibidas de se realizar nos trens disponibilizadas no site da

SuperVia⁴¹: o comércio, o culto religioso, o consumo de bebidas alcoólicas e muitas outras. A verdade sobre elas? Quase todas ocorrem diariamente.

Porque são as pessoas mais pobres as mais adeptas da manipulação e desestabilização das funções expressas dos espaços públicos, parece existir entre elas menos resistência a essas práticas *subversivas*. Essas desestabilizações claramente provocam um grande desconforto quando envolvem espaços elitizados.

O “rolêzinho do Shopping Leblon” foi marcado (em evento no Facebook) para acontecer no dia 19 de janeiro de 2014. Temendo a presença dos *rolezeiros*, o shopping não abriu as portas no dia⁴², mas o *rolêzinho* aconteceu mesmo assim.



Rolêzinho no Shopping Leblon (2014). Foto: Mídia Ninja.

Conquistando o lugar de destaque nos noticiários entre 2013 e 2014, o *rolêzinho* foi um movimento surgido entre jovens periféricos. Tornando-se muito popular nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, na teoria, eles não passavam de encontros em locais de circulação aberta ao público marcados através das redes sociais. Na

⁴¹ <http://www.supervia.com.br/>.

⁴² Veja mais na reportagem “Rolezinhos faz Shopping Leblon, no Rio, fechar as portas nesse domingo” – Site G1: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/01/rolezinhos-faz-shopping-leblon-no-rio-fechar-portas-neste-domingo.html>.

prática, a presença massiva de jovens pobres “vinculados às estéticas do funk” provocou um verdadeiro alvoroço nas classes normalmente habituadas a frequentar aqueles locais (Barbosa & Costa, 2016, s/p.).

A percebida *intrusão*, praticada numa sociedade que persegue meninos pobres e favelados, especialmente se eles forem negros, significou uma irrefutável subversão das relações de poder que ali tomavam lugar. Estes mesmos meninos, frequentemente seguidos ou revistados por seguranças na tentativa de caminhar em qualquer estabelecimento comercial, conseguiram fazer o que as elites mais temiam: ultrapassar os “muros invisíveis que dividem a cidade” (Rolnik, 1988, p.43), e ocupar o espaço como se lhes pertencesse.

Sem vandalismo ou qualquer propósito escuso, a pura e simples presença se transformou em algo muito além de uma volta no shopping. Virou ato de resistência. Ou melhor, de *existência*, porque o simples existir naquele espaço já se constituía em ato suficientemente afrontoso. Essa é uma *estória* sobre *corpos que incomodam*, que quebram o panóptico e a expectativa do pobre servil e desmonta a disciplina que lhes pretende moldar em corpos “ao mesmo tempo úteis e dóceis” (Foucault, 2005, p.297).

Nesse sentido, os *rolêzinhos* “passam não só a questionar normativas autoritárias”, eles “operam também um modo de ser visível na cidade”:

Os rolés e rolezinhos passam então a se constituir como marcações de corporeidades estéticas que, embora de duração efêmera, tornam-se emblemáticas porque definem presenças que enfrentam invisibilidades e interdições impostas (Barbosa & Costa, 2016, s/p.).

Como “grito de lazer”, o *rolêzinho* foi também um grito pela possibilidade de existir como se é e expôs as sutilezas sob as quais operam as práticas de exclusão que acontecem diariamente na cidade. Assim, o movimento pode ser considerado um claro fenômeno de desnudamento do mito da *democracia racial* brasileira (Nascimento, 1978, p.41).

O *rolêzinho* demonstrou como “as condições da sociedade” com normas e valores tão unificadores “eliminam outras possibilidades de imaginação sociais” (Schinestsck, 2015, p.2).



Cartaz “SOMOS TODOS IGUAIS” no rolêzinho do Shopping Leblon (2014). Foto: Mídia Ninja.

Essa eliminação, no entanto, não ficou restrita às entrelinhas do preconceito velado. Ela se concretizou em liminar judicial concedida ao Shopping Leblon com o objetivo de coibir “a ação de possíveis manifestantes que pretendam causar desordem pública, facilitando a prática de atos de depredação, bem como a ocorrência de furtos de bens, violando o direito de lojistas”⁴³. O shopping com as portas fechadas foi mais uma prova cabal dos sentimentos que a elite nutre em relação aos jovens favelados: medo, incômodo e desprezo.

The realization of legal rights or protections is not experienced innately as if there were a direct correlation between legislation and everyday life. Rather, everyday life is a complex negotiation where the concepts and practices of citizenship, exclusions, and prejudice are experienced and coconstituted with other urban dwellers. Our rights are embodied and form the sites where assumptions are made about our subject positions. The valuing of some social groups over others is maintained through our interactions and access to differentiated spaces of the city (Beebejaun, 2016, p.3).⁴⁴

⁴³ Veja mais sobre a liminar na reportagem “Juíza proíbe 'rolezinho' no Shopping Leblon, Zona Sul do Rio” – Site G1: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/01/juiza-proibe-rolezinho-no-shopping-leblon-zona-sul-do-rio.html>.

⁴⁴ Traduzo: A realização de direitos ou proteções legais não é experimentada de forma inata, como se houvesse uma correlação direta entre legislação e vida cotidiana. Ao invés disso, a vida cotidiana é uma negociação complexa onde os conceitos e práticas de cidadania, exclusões e preconceitos são vivenciados e co-constituídos com outros moradores urbanos. Nossos direitos são incorporados e formam os locais de onde são feitas premissas sobre nossas posições de sujeitos. A valorização de

Essa corporificação dos direitos, portanto, anula a possibilidade de interpretar a cidade como espaço neutro. Aos corpos “genderizados⁴⁵, racializados e sexualizados” fica impossibilitado “o anonimato do *flâneur*” (Beebeejaun, 2016, p.4) porque eles são percebidos, classificados e julgados o tempo todo. No caso do rolêzinho, essa dura e contínua marcação dos corpos (negros, jovens, favelados) é transformada em força motriz para a luta social.

Shapiro (2010) define dois tipos de relação corpo-cidade: uma na qual os corpos se conformam “ao adestramento, às rotas e posturas oficialmente prescritas” e outra, a daqueles que “escapam dos modos de subjetividade urbana autoritariamente prescritos”. Este caso, definitivamente, é daqueles que adotam a segunda via.

alguns grupos sociais sobre os outros é mantida através de nossas interações e acesso a espaços diferenciados da cidade (Beebeejaun, 2016, p.3).

⁴⁵ *Gendered*, no original.

4

A cidade: um problema, uma solução

Os casos *Casas Públicas* e *Intrusões* trazem à tona cotidianos que resistem, desafiam e subvertem o planejamento urbano formal. Contudo, ao fazê-lo, essas rotinas que escapam das rotas consideradas naturais também demonstram a insuficiência desse planejamento frente a complexidade do sistema que é a cidade.

Embora se componham de diferentes personagens e cenários (os personagens de *Casas Públicas*, por exemplo, são quase contraditórios no sentido de que uns lutam pelo direito à casa, ao pertencimento e ao vínculo com seu próprio lugar enquanto outros, por escolha ou necessidade, estabelecem um modo de vida no qual não interfere o fato de que as estruturas das quais se usufrui não sejam propriamente suas), ambos os casos privilegiam pontos de vista que estão em posições de desacordo ou incompatibilidade com o que o planejamento produz e provê.

Onde a visão tradicional vê especulação imobiliária, uma parte da população vê comunidade. Onde vê meio de transporte, uma outra parte vê um ganha-pão. Onde vê espaço de comércio, um grupo vê espaço de opressão. Onde vê o inóspito, há aqueles que veem uma possibilidade.

E se a cidade fosse pensada a partir de outros parâmetros? E se ela fosse vista com os olhos de quem esbarra diariamente em fronteiras? E se ela fosse remodelada com a astúcia dos que transformam a escassez em abundância?

Uma cidade são várias cidades. É preciso ver o que acontece em cada uma delas.

4.1

Pontos de vista: a contribuição feminista

Predominou por séculos a filosofia cartesiana e, com ela, a ideia de que o *fazer ciência* residiria na busca por um conhecimento universal, neutro e objetivo. Ao contrário da percepção tradicional, aquela na qual o conhecimento deve ser “verdadeiro além do tempo e do espaço” (Grosfoguel, 2016, p.28), nas ciências sociais, as metodologias feministas vêm desconstruindo a falácia de que o

“conhecimento socialmente situado” consiste em uma contradição. Enquanto na ciência tradicional o conhecimento é tratado como matéria transcendental, bruscamente separado de interesses, valores e agendas locais, as teóricas feministas têm reconhecido não só a importância, mas a necessidade de observar o vínculo entre o sujeito e o objeto do conhecimento (Harding, 1993, p.50).

Nesse sentido, fez-se indispensável repensar a noção de objetividade.

Tradicionalmente, cultivar uma objetividade científica significava eliminar “todos os valores e interesses sociais do processo de pesquisa e dos resultados” (Harding, 1993, p.71). A partir da ideia de que era indispensável para o filósofo trabalhar com uma mente autônoma, descolada do *meio* e até mesmo do *corpo* que habitava, como forma de evitar interferências.

Quanto aos resultados negativos dessa interação, as teóricas feministas concordam que certos valores podem, de fato, atrapalhar ou bloquear “o crescimento do conhecimento”. Para elas, o maior problema, no entanto, é a tentativa de assumir que seja possível afastar esses valores da visão que o cientista constrói sobre seu tema de interesse. Assim, essa “objetividade” seria ingenuidade ou insensatez. O maior problema da objetividade tradicional é, portanto, o fato de que muitas visões “sexistas, racistas, burguesas, eurocêntricas e heterossexistas” dominaram a ciência *se fazendo passar* pelo status de *conhecimento universal* ou *conhecimento não-situado* (Harding & Norberg, 2005, p.2010). Assim, quando as ciências sociais insistem em adotar um posicionamento imparcial, elas se veem impregnadas por critérios que, na verdade, reforçam determinadas relações de poder (Ibid., p.2009). Elas realizam, portanto, um “salto para fora do corpo marcado”, e assumem um “olhar conquistador que não vem de lugar nenhum” (Haraway, 1995, p.18).

No sentido oposto, admitindo que há uma “natureza corpórea” em toda visão (Haraway, 1995, p.18) a objetividade proposta por Sandra Harding, a *objetividade forte*, desfaz a possibilidade de descolamento com o entorno e consigo mesmo. Assim, ela consiste em “considerar como nossas experiências pessoais, lealdades, privilégios, e pertencimento aos grupos afetam nossa pesquisa” (Harding, 1993, p.69). Trazendo à tona “as perspectivas que são suprimidas pelas atuais relações de poder” (Weldon, 2006, p.80), a *objetividade forte* pressupõe trabalhar com valores e interesses e requer, explicitamente, a adoção de um posicionamento moral e/ou político a favor de princípios democráticos (Harding, 1993, p.69).

Através das lentes da *objetividade forte*, a pretensa neutralidade da ciência moderna ocidental se transforma em um saber situado, embebido nas crenças e atributos de uma “locação histórica” específica (Harding, 1993, p.64).

Este movimento, é claro, não é exclusivo das metodologias feministas. Ele pode ser frequentemente observado nas correntes críticas das ciências sociais, como é o caso dos estudos pós-coloniais e de raça. Um exemplo notório é o trecho da obra *O Genocídio do Negro Brasileiro* (1978) de Abdias do Nascimento:

Não posso e não me interessa transcender a mim mesmo como habitualmente os cientistas sociais declaram supostamente fazer em relação às suas investigações. Quanto a mim, considero-me parte da matéria investigada. Somente da minha própria experiência e *situação* no grupo étnico-cultural a que pertenço, interagindo no contexto global da sociedade brasileira, é que posso surpreender a realidade que condiciona o meu ser e o define. Situação que me envolve qual um cinturão histórico de onde não posso escapar conscientemente sem praticar a mentira, a traição, ou a distorção da minha personalidade (Nascimento, 1978, p.41).

Nascimento (1978) desmonta a pretensão do conhecimento neutro, admitindo que sua autoridade no saber é inseparável de sua posição (como homem, como negro, como latino-americano, como intelectual) no mundo. A *objetividade forte*, portanto, trata justamente de enxergar uma vantagem no que até então era considerado uma falha no fazer científico. Se não se pode abster de uma situação, cabe, então, assumi-la, fazer dela uma força na pesquisa.

É a partir da objetividade forte que se torna possível pensar em uma metodologia de *standpoint* ou metodologia do ponto de vista.

O *standpoint* foi abordado pela primeira vez na teoria feminista em *Money, Sex and Power* (1983), no qual Nancy Hartsock construiu a partir do trabalho de Marx (e as dicotomias entre a vida burguesa e proletária) a ideia de que, a despeito de boas intenções, há “algumas perspectivas na sociedade” a partir das quais as “reais relações dos humanos entre si e com o mundo natural não são visíveis” (1983, p.117).

Hartsock define, portanto, o *standpoint* como justificativa e método assumindo que “o singular ponto de vista feminino na sociedade” legitima as reivindicações feministas e simultaneamente funciona como método para “analisar a realidade” (Hekman, 1997, p.341).

Considerando que o conhecimento “sempre é socialmente situado” (Harding, 1993, p.54), as teóricas feministas do *standpoint* assumem que as condições de vida de um indivíduo “limitam o que ele pode saber” (Ibid., p.55).

E atentando para o fato de que “a visão da classe dominante estrutura as relações materiais” (Hartsock, 1983, p.118), o método do *standpoint* parte do princípio de que, frequentemente, este grupo falha em questionar seu status social privilegiado (Harding, 1993, p.54).

Por outro lado, grupos menos privilegiados ou marginalizados, aqueles “na base das hierarquias sociais”, têm experiências e problemas frequentemente ignorados ou suprimidos. Vivências estas que são importantes pontos de partida para a pesquisa (Harding, 1993, p.54). Com o objetivo de tornar palpáveis as relações que costumam passar invisíveis às classes dominantes, o primeiro imperativo da metodologia de *standpoint* é: “comece o pensamento a partir das vidas marginalizadas” (Ibid., p.50).

O *standpoint* foi motivo de controvérsias entre as teóricas feministas e diversas críticas foram direcionadas ao método. A principal delas é a de que “adjudicar entre perspectivas fornece ferramentas para a repressão e o controle” (Weldon, 2006, p.80), tornando, portanto, impossível considerar as vidas dos grupos desfavorecidos como pontos de vista mais amplos e enriquecedores. Há também as críticas direcionadas às raízes marxistas do *standpoint*, que contrapõem diretamente o perfil anti-materialista do pós-modernismo e do pós-estruturalismo (Hekman, 1997, p.342). E ainda, existem também aqueles que desacreditam a visão de Dorothy Smith de que a experiência feminina é a base do conhecimento feminista porque entender “mulheres” como uma categoria “monolítica” seria inviável frente à discussão sobre a diferença (Ibid., p.349).

Independentemente dessas e outras críticas, o *standpoint* é uma possibilidade de diversificar os olhares e percepções sobre qualquer tema. No estudo do meio urbano, ele é especialmente importante porque oferece uma oportunidade de trazer à tona parcelas da população que não se veem contempladas nas políticas ou nos espaços públicos da cidade. Tornando possível, portanto, desafiar as estruturas de desigualdade e exclusão que se produzem e reproduzem continuamente neste sistema.

Segundo Weldon, prender-se à impossibilidade de favorecer determinados pontos de vista se torna um problema no sentido de que essa prática mina nossas possibilidades de argumentar que teóricos e teorias que “ignoram” outras perspectivas trabalham “com uma imagem mais limitada, menos exata do mundo” (2006, p. 81).

O ponto mais importante abordado pelas teóricas feministas do *standpoint*, no entanto, é que não existe a pretensão de, através dele, instituir uma verdade ou admitir uma “habilidade única dos oprimidos para produzir conhecimento” (Harding, 1993, p.57). Ele é útil no sentido de “gerar questões críticas iluminadoras que *não surgem* no pensamento que começa nas vidas dos grupos dominantes” (Ibid., p.56) [grifos meu].

Starting off thought from these lives provides fresh and more critical questions about how the social order works than does starting off thought from the unexamined lives of members of dominant groups. Most natural and social scientists (and philosophers!) are themselves members of these dominant groups, whether by birth or through upward mobility into scientific and professional/ managerial careers. Those who are paid to teach and conduct research receive a disproportionate share of the benefits of the very nature and social order that they are trying to explain. Thinking from marginal lives leads one to question the adequacy of the conceptual frameworks that the natural and social sciences have designed to explain (for themselves) themselves and the world around them. This is the sense in which marginal lives ground knowledge for standpoint approaches (Harding, 1993, p.62).⁴⁶

Em poucas palavras, “*standpoints* não nos dão bases cruas e infalíveis para o conhecimento. Ao contrário, como observado, eles nos dão questões, problemas e temas” a partir dos quais podemos trabalhar (Weldon, 2006, p.81).

Investigar a cidade a partir das pessoas em situações privilegiadas, como normalmente acontece, silencia uma infinidade de outras experiências com o espaço

⁴⁶ Traduzo: Começar o pensamento a partir dessas vidas fornece perguntas novas e mais críticas sobre como funciona a ordem social do que iniciá-lo a partir das vidas não examinadas dos membros de grupos dominantes. A maioria dos cientistas sociais e da natureza (e filósofos!) são eles mesmos membros desses grupos dominantes, seja por nascimento ou pela mobilidade ascendente para carreiras científicas e profissionais / gerenciais. Aqueles que são pagos para ensinar e realizar pesquisas recebem uma parte desproporcional dos benefícios da própria natureza e ordem social que estão tentando explicar. Pensar em vidas marginais leva a questionar a adequação dos quadros conceituais que as ciências naturais e sociais têm projetado para explicar a si mesmas (por si mesmas) e o mundo ao seu redor. Este é o sentido em que vidas marginais fundamentam o conhecimento para abordagens de ponto de vista (Harding, 1993, p.66).

urbano. Se investigamos a cidade a partir da experiência masculina, por exemplo, perdemos de vista as questões específicas que dominam a relação feminina com o espaço urbano.

Se analisamos a violência urbana apenas do ponto de vista de pessoas brancas, deixamos de ver o número incrivelmente alto de jovens negros mortos como parte do mesmo sistema.

De cada 100 pessoas que sofrem homicídio no Brasil, 71 são negras. Jovens e negros do sexo masculino continuam sendo assassinados todos os anos como se vivessem em situação de guerra. [...] Cerqueira e Coelho mostraram que, do ponto de vista de quem sofre a violência letal, a cidade do Rio de Janeiro é partida não apenas na dimensão econômica entre pobres e ricos, ou na dimensão geográfica, mas também pela cor da pele. Ao calcular a probabilidade de cada cidadão sofrer homicídio, os autores concluíram que os negros respondem por 78,9% dos indivíduos pertencentes ao grupo dos 10% com mais chances de serem vítimas fatais, conforme o Gráfico 5.1 deixa assinalado (IPEA, 2017, p.30).

Da mesma forma, pensar a cidade do Rio de Janeiro a partir dos bairros da Zona Sul encobre graves problemas estruturais de transporte já que “a população mais pobre é a que costuma morar nas periferias urbanas e, portanto, a que perde mais tempo com deslocamentos. Além disso, é a parcela da população que, proporcionalmente à sua renda, gasta mais com transportes” (Vianna & Young, 2015, p.407).

Ignorar estes pontos de vista, portanto, resultaria no silenciamento de fenômenos que configuram o dia a dia na cidade do Rio de Janeiro. Pensar a cidade a partir dos grupos em posições desprivilegiadas significa destacar os problemas que normalmente passam ocultos ou ignorados no planejamento e na governança da cidade.

4.2

O direito à cidade

A exclusão e marginalização típicas da cidade são os objetos centrais da teoria crítica urbana. Desde o final dos anos 1960, esta corrente se estabeleceu como um conjunto de “escritos dos teóricos radicais ou de esquerda” como Henri Lefebvre, David Harvey, Manuel Castells e Peter Marcuse, cuja crítica à “divisão disciplinar”

do conhecimento urbano na teoria urbana *mainstream*, propunha a possibilidade de uma urbanização “mais democrática, socialmente justa e sustentável”. De forma resumida, a teoria crítica urbana pode ser definida como uma crítica ao “poder, desigualdade, injustiça e exploração” que se dão dentro das cidades e também entre elas (Brenner, 2008, p.198).

Em 1968, Lefebvre anunciava que durante séculos a Terra fora “o grande laboratório do homem”, um título que, nos últimos tempos, a cidade começava a conquistar (2010, p.7). Com esse movimento, crescia também a importância do *espaço* nas ciências sociais. A teoria crítica urbana parece acompanhar o que Michel Foucault considerou a transição de uma época centrada no tempo para uma época centrada no espaço. Para o autor, a “grande obsessão do século XIX”, a história, parecia finalmente perder força para o espaço, que passava, portanto, a “formar o horizonte” das preocupações, teorias e sistemas (1986, p.22).

Edward Soja comenta esse mesmo movimento discordando de que a obsessão com a história tenha sido extinta na virada entre os séculos XIX e XX, como acreditava Foucault. De acordo com Soja, este movimento se dá mais para o final do século XX, quando passa a acontecer o que ele chama de uma “especialização da imaginação crítica” na qual a história começava a ceder lugar a uma geografia pós-moderna (1989, p.11).

No escopo dessa *virada espacial* (Aibinder, 2017), ganha força a ideia de que os direitos “não são experimentados no abstrato”, mas através de uma dimensão material e espacial (Beebejaun, 2016, p.3). Assim, o direito à cidade, idealizado por Lefebvre, acaba se tornando uma das principais preocupações dos pensadores da teoria crítica urbana. O direito à cidade, que Lefebvre também denominou como o direito “à vida urbana” dependeria diretamente de “um humanismo e de uma democracia renovados” (2010, p.7).

David Harvey, entusiasta dos escritos de Lefebvre afirma que “a ideia do direito à cidade não surge primeiramente de diversos fascínios e modismos intelectuais”, mas sim das “ruas, das vizinhanças, como um lamento por ajuda e sustento das pessoas oprimidas em tempos de desespero” (2012, p.xiii).

Para Peter Marcuse, embora bastante provocativo, Lefebvre não foi tão cuidadoso na definição do direito à cidade. De modo geral, este direito pode ser entendido

como uma lamentação (*cry*) e uma demanda. A demanda viria dos cidadãos “diretamente oprimidos”, cujas necessidades básicas não são supridas; os “sem teto, os famintos, os presos, os perseguidos por motivos de gênero, religiosos ou raciais”. A lamentação se originaria daqueles “superficialmente integrados ao sistema”, que compartilham dos benefícios materiais, mas estão excluídos, marginalizados ou oprimidos de outras formas (2008, p.190).

To return then to whose rights are our concern, the demand is of those who are excluded, the cry is of those who are alienated; the demand is for the material necessities of life, the aspiration is for a broader right to what is necessary beyond the material to lead a satisfying life (Marcuse, 2008, p.90).⁴⁷

⁴⁷ Traduzo: Para retornar então àqueles cujos direitos são nossa preocupação, a demanda é daqueles que são excluídos, o grito é daqueles que estão alienados; a demanda é pelas necessidades materiais da vida, a aspiração é por um direito mais amplo do que é necessário além do material para levar uma vida satisfatória (Marcuse, 2008, p.190).



A praia em três pontos de vista: cores, superpovoamento e confusão (ano não informado).

Foto: Ricardo Borges.

Em 2015, com a recorrência de arrastões nas praias da Zona Sul do Rio de Janeiro, a polícia militar promoveu uma tática de “prevenção”, que consistiu na apreensão de jovens pobres que estivessem em ônibus cuja a direção fosse as praias da Zona Sul. Dos quinze jovens que estavam detidos no dia 23 de agosto de 2015, catorze eram negros. Nenhum deles portava drogas ou armas. Foram detidos pela simples presunção de que seriam assaltantes⁴⁸.

O direito à cidade se traduziu em um grito por “tentativas de conter o ímpeto neoliberal” da política urbana e das “dinâmicas excludentes da crescente segregação sócio-espacial”. Décadas depois, essas dinâmicas de exclusão e marginalização continuam definindo o tom da vida urbana e o direito à cidade continua sendo uma reivindicação pela igualdade de “acesso à cidade” bastante forte especialmente no movimento *Occupy* (Beebejaun, 2016, p.3).

*It's crucially important to be clear that it is not everyone's right to the city with which we are concerned, but that there is in fact a conflict among rights that need to be faced and resolved, rather than wished away. Some already have the right to the city, are running it now, have it well in hand (although 'well' might not be just the right word, today!). They are the financial powers, the real estate owners and speculators, the key political hierarchy of state power, the owners of the media (Marcuse, 2008, p.191).*⁴⁹

O direito à cidade, portanto, tem corpo, gênero, sexo, cor e endereço específicos. Ele não se constitui em uma reivindicação universal porque trabalha em prol de uma parcela específica da população: aquela que ainda *não tem* tal direito.

⁴⁸ Veja mais na matéria “PM aborda ônibus e recolhe adolescentes a caminho das praias da Zona Sul do Rio” – Jornal Extra: <https://extra.globo.com/noticias/rio/pm-aborda-onibus-recolhe-adolescentes-caminho-das-praias-da-zona-sul-do-rio-17279753.html>.

⁴⁹ Traduzo: É fundamentalmente importante ter claro que não é o direito de todos à cidade com o qual estamos preocupados, mas que, de fato, existe um conflito entre os direitos que precisam ser enfrentados e resolvidos, em vez de desejados. Alguns já têm direito à cidade, a estão gerenciando, a tem bem assegurada (embora "bem" possa não ser a palavra certa hoje!). Eles são os poderes financeiros, os donos de imóveis e os especuladores, a hierarquia política chave do poder do Estado, os proprietários da mídia (Marcuse, 2008, p.191).



Jovem em protesto do tipo “Ocupa” (ano não informado). Foto: Ricardo Borges.

Mesmo dentro dessa parcela, o direito à cidade é múltiplo porque advoga por um grupo “fragmentado e dividido, múltiplo em seus objetivos e necessidades, mais frequentemente itinerantes, desorganizados e fluidos do que solidamente implantados”. Resultando na dificuldade de avanço e ação, já que a reivindicação frequentemente se espalha em pautas distintas comandadas por grupos diversos (Harvey, 2012, p.xiii).

É importante perceber que, reivindicando voz ativa e poder de decisão sobre a cidade, o *direito à cidade* também reforça o papel – sobretudo o *papel político* – do estado. Em contraposição às forças desreguladoras neoliberais, o direito à cidade busca reviver uma das funções mais puras e elementares do estado: a solução dos interesses em dissenso.

A “erosão generalizada da base econômica e fiscal de muitas das grandes cidades no mundo capitalista avançado” que acontecia em meados dos anos 1970 foi o cenário auspicioso para o surgimento do que David Harvey denominou “cidades empreendedoras”. Adotando este modelo de governança, as cidades reconheciam estar dispostas a “explorar todos os tipos de caminhos” que pudessem aliviar suas condições precárias e “assegurar um futuro melhor às suas populações”. Estes

caminhos, entretanto, fizeram com que as administrações urbanas ficassem cada vez mais interligadas ao setor privado (Harvey, 1989, p.4). Assim, o propósito de conciliar os interesses sociais foi substituído pelo objetivo de gerar crescimento e lucro (Hall & Hubbard, 1996, p.153).

Esse tipo de governança também se fundamenta no que Mike Davis chamou de “ilusões da autoajuda”, um *laissez-faire* urbano no qual, em consequência das “poderosas forças do mercado”, as pessoas pobres são cada vez mais empurradas “para as margens da vida urbana” (2006, p.82).

De acordo com Harvey, “vivemos num mundo onde os direitos de propriedade privada e a taxa de lucro se sobrepõem a todas as outras noções de direito”. O direito à cidade, portanto, pretende se realizar como “um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. A liberdade de construir e reconstruir a nós mesmos” (2008, p.74).

A chegada do capitalismo neoliberal às cidades acaba se traduzindo, em grande parte, em uma disputa entre os interesses da economia global e os interesses dos grupos desfavorecidos da população, gerando a discussão que Saskia Sassen resumiu ao questionar “de quem é a cidade?” (1996, p.206).

4.3

Do mundo para a cidade e da cidade para mundo

Mais do que inconsequência e ordinariedade, o cotidiano se compõe a partir de grandes significados e fenômenos. Em *The Mundane Matters* (2011), Cynthia Enloe pergunta “Como prestar atenção em quem faz o café-da-manhã adiciona aos nossos poderes analíticos?” (2011, p.447).

Se entendemos que as práticas e os comportamentos que ocorrem no *everyday* “estão causalmente conectados às formas de poder criadas, exercidas e legitimadas nas esferas nacional e internacional”, a resposta se torna simples: o poder “está profundamente em ação onde ele é menos aparente” (Enloe, 2011, p.447).

O mundano importa porque suas rotinas, ao contrário de uma justaposição de movimentos isolados, despropositados e apolíticos, se constituem em práticas

políticas nas quais estão ancorados grandes sistemas de poder. O *everyday*, portanto, é *locus* de ocorrência e observação destes sistemas.

O estudo do cotidiano, usual nas metodologias feministas, favorece a tentativa de “encontrar o internacional no everyday” (Davies, 2016, p.2) com o propósito de destacar “a espacialidade do situado, do mundano, das práticas habituais, frequentemente pouco apreciadas nas RI por causa do seu caráter de ‘rotina’” (Acuto, 2014, p.346).

Segundo Saskia Sassen, a globalização mesma pode ser entendida como um fenômeno que se divide em dois conjuntos de dinâmicas: o primeiro, seria a formação de instituições e processos que são *explicitamente* globais e o segundo, seria o dos processos que, embora sendo parte indissociável da globalização, *não necessariamente* ocorrem na escala global (2003, p.1). O que Sassen pretende destacar é que o foco das ciências sociais no fenômeno da globalização está quase sempre direcionado à escala global, ignorando processos e atores que “continuam a ser experimentados e codificados como nacionais” ou mesmo subnacionais. Essa perspectiva costuma ofuscar o entendimento da globalização como fenômeno de múltiplas escalas (Ibid., p.2).

Observar a manifestação da globalização na cidade é uma tentativa de compreender como “os processos através dos quais a globalização existe” são, na verdade, *concretos e localizados* (Sassen, 1996, p.206). Na cidade, a globalização se manifesta em níveis que vão muito além do político. Consequentemente, muitas das relações que se estabelecem na esfera cotidiana passam a estar direta ou indiretamente conectadas a essa miríade de “aspectos materiais e não-materiais” (Amoore et al., 1997, p.181) que juntos compõem o que chamamos de globalização.

Trazer o “mundano” à discussão, como propõe Enloe, permite justamente atentar para o fato de que as relações de poder exercidas em locais “aparentemente ‘privados’” estão, na verdade, conectadas a relações de poder que se dão em outras esferas nacionais ou mesmo internacionais (Enloe, 2011, p.447).

Neste espírito, não é difícil perceber que as transformações que a entrada do capital global vem impondo às cidades podem ser encontradas também no nível individual. Elas cruzam da alta política ao *everyday*, do público ao privado. O trabalho reprodutivo é um excelente exemplo. Como lembra Sassen, as cidades globais são

o espaço da “supervalorização” do capital corporativo e da “desvalorização” dos atores econômicos desfavorecidos, como os trabalhadores, muitos deles “mulheres, imigrantes, e pessoas não-brancas” (1996, p.206).

Brigitte Young faz uma análise especificamente voltada para o trabalho feminino na economia globalizada ressaltando que, frequentemente, o trabalhador se torna invisível frente à hipermobilidade do capital global e, em razão disso, alguns tipos de trabalho ou de trabalhadores acabam sendo desvalorizados, sendo o trabalho reprodutivo um dos exemplos mais significativos (2011, p.315).

No que concerne à desigualdade, ainda, a globalização foi responsável por aproximar homens e mulheres de classe média ao mesmo tempo em que afastou mulheres de diferentes classes. Enquanto os ganhos das profissionais de classe média têm se equiparado cada vez mais aos de seus pares do sexo masculino, a distância entre as profissionais “de carreira” e aquelas que desempenham o serviço doméstico continua a aumentar. Assim, a globalização acentua o *gap* entre as partes que Young denominou respectivamente a *senhora* e a *empregada*⁵⁰ (2011, p.315). A globalização também pode ser entendida como o fenômeno responsável por dismantlar a figura do homem provedor, um movimento que desencadeou uma série de outras reações: o crescimento no número de famílias com dois adultos assalariados, a maior incidência de mães solteiras além de uma certa “individualização” da mulher. Nesse movimento, a mulher viu o trabalho na economia formal passar de uma possibilidade a uma obrigação (Ibid., p.317).

No modelo fordista, embora isolado no espaço doméstico (que era também o espaço reservado às mulheres), o trabalho reprodutivo era reconhecido. Já no “discurso neoliberal”, há em grande parte um completo silêncio sobre como conciliar a necessidade de um emprego com a criação dos filhos (Young, 2011, p.318).

Esta invisibilidade pode ser questionada através da metodologia de *standpoint*.

If we start thinking from women's lives, we (anyone) can see that women are assigned the work that men do not want to do for themselves, especially the care of everyone's bodies. And they are assigned responsibility for local places where those bodies exist as they clean and care for their own and others' houses and work places. This kind of "women's work" frees men in the ruling groups to immerse themselves in the world of abstract concepts. The more successful

⁵⁰ No original, “*the mistress and the maid*”.

women are at this concrete work, the more visible it becomes to men as distinctively social labor (Harding, 1993, p.55).⁵¹

O ponto mais interessante a ser notado é justamente o fato de que, embora estando em lados diferentes de uma balança, a *senhora* e a *empregada* tornam-se figuras indissociáveis. Isso ocorre porque a crescente participação da mulher no mercado de trabalho depende diretamente do trabalho reprodutivo *invisível* e *informal* realizado pelas trabalhadoras domésticas (Young, 2011, p.316). Além de evidenciar uma relação de poder baseada no gênero – na qual a entrada das mulheres de classe média e alta no mercado de trabalho não implica que o trabalho doméstico recaia sobre os homens, mas sobre outras mulheres – o caso do trabalho doméstico também circula pelas questões de raça, etnia, classe e cidadania (Ibid, p.318).

Em 1999, uma pesquisa⁵² conduzida em Viena promoveu um questionário sobre o padrão de uso dos transportes públicos na cidade e identificou que os padrões feminino e masculino eram díspares. Enquanto os homens tinham uma rotina restrita de deslocamento entre a casa e o trabalho, as mulheres apresentavam um padrão de deslocamento muito mais complexo que, além da casa e do trabalho, envolvia outros locais como creches, escolas, clínicas, hospitais, supermercados e casas de familiares.

Os resultados da pesquisa demonstram que as responsabilidades excedentes (especialmente aquelas relacionadas ao trabalho reprodutivo, o cuidado com os corpos e com outros familiares) pesam sobre as mulheres. Esta divisão do trabalho doméstico pode claramente ser entendida como fruto de uma relação de poder estabelecida com base no gênero. Além disso, a pesquisa apresentou o fato de que as mulheres eram, na verdade, as maiores usuárias da infraestrutura de transporte público.

A despeito disso, o pensamento modernista favoreceu um planejamento urbano que apontava na direção oposta: cidades pensadas exclusivamente para vidas

⁵¹ Traduzo: Se começarmos a pensar nas vidas das mulheres, nós (qualquer um) podemos ver que as mulheres recebem o trabalho que os homens não querem fazer por si mesmos, especialmente o cuidado dos corpos de todos os outros. Aos homens é atribuída a responsabilidade pelos locais locais onde esses corpos existem enquanto eles limpam e cuidam de suas próprias casas e lugares de trabalho. Esse tipo de "trabalho feminino" liberta os homens nos grupos governantes para mergulhar no mundo dos conceitos abstratos. As mulheres mais bem sucedidas estão neste trabalho concreto, quanto mais se torna para os homens como trabalho social distintivo (Harding, 1993, p.55).

⁵² Veja mais na matéria "How to design a city for women" – CityLab: <https://www.citylab.com/transportation/2013/09/how-design-city-women/6739/>.

masculinas, ou seja, favorecendo os automóveis, a divisão abrupta entre os espaços domésticos, de lazer e profissionais e de difícil locomoção para pessoas que transitam com carrinhos de bebê ou cadeiras de rodas. Neste escopo, a crítica feminista da teoria e do planejamento urbano tem enfatizado que a cidade é um espaço genderizado, pensado para as necessidades masculinas e de famílias heteronormativas (Beebejaun, 2016, p.1).

É comum ver mulheres usando meios de transporte em percursos curtos porque temem ser alvo de violência, especialmente à noite. Esse receio, de acordo com Beebejaun, também é comum na comunidade LGBTQ (2016, p.6).

A iluminação nas vias públicas ou a oferta de transporte público, por si sós, não serão capazes de minar o assédio enquanto a racionalidade machista perdurar. O gênero é só um dos exemplos que conecta as práticas urbanas cotidianas a um sistema global: De acordo com Enloe, práticas como “casamento, prostituição, cuidado infantil, e regimes reprodutivos” estão diretamente conectados e impregnados pelos ideais do patriarcado (2011, p.447). Da mesma forma, o racismo, especialmente em cidades pós-coloniais como o Rio de Janeiro, se reproduz como herança da crença na superioridade europeia. Diversas outras barreiras e fronteiras presentes na cidade surgem e se reproduzem a partir de vínculos similares. Repensar a cidade, portanto, requer analisar não apenas os problemas como eventos isolados e corriqueiros, mas as grandes estruturas por detrás deles.

É essencial, também, considerar que essas escalas têm permeabilidade nos dois sentidos. Se os grandes sistemas se traduzem em práticas cotidianas, essas práticas também reforçam relações de poder. Transformar a cidade, portanto, pode significar também minar esses sistemas de pensamento baseados na hierarquia e na exclusão. Se é possível “observar o internacional no *everyday*” (Davies), é possível transformar o internacional a partir do *everyday*.

Conclusão

Pretendi, neste trabalho, observar a cidade como um ator continuamente produzido e disputado pelas forças dos planos e das fugas, isto é, do planejamento urbano e das subversões aos ideais dos planejadores. É indispensável destacar, com base nas discussões aqui apresentadas, que a cidade não reage como entidade monolítica e, portanto, não pode ser entendida como tal. Ao contrário, ela está sempre imbuída de contradições, rupturas e descompassos. Nos casos aqui estudados, fica clara esta visão da cidade como “quebra-cabeças”, perspectiva destacada por Rolnik (1988), no quais as peças se aproximam, se afastam e se sobrepõem. Nunca inteiramente desconectadas, essas peças formam um *sistema de complexidade organizada*, como descreveu Jane Jacobs (1961), em que atores e eventos são simultaneamente causas e efeitos (Foucault, 2008).

No capítulo 2, discuti a relação entre o planejamento urbano modernista e a ciência. Procurei, através desse caminho, demonstrar que os princípios que constituíram essa forma de planejar não foram idealizados isoladamente, mas sim com base em uma racionalidade científica europeia, masculina, hegemônica e que se pretendia universal. Na prática, esse planejamento se traduziu em efeitos contraditórios, que reforçavam simultaneamente ganhos e prejuízos, distribuindo modernidade aos modernos e decadência aos decadentes, reforçando as fronteiras e aumentando as distâncias (materiais e subjetivas) entre as classes. No Rio de Janeiro, o Bota-Abaixo e o projeto da Cidade Olímpica amalgamaram essa natureza reformista e civilizatória. A resistência aos dois momentos de planejamento demonstra que a população não é uma massa inerte. Da mesma forma, o ato de transformar a rua em casa, demonstra que o espaço público, além de instrumento de controle, pode ser também recurso para aqueles que escapam do que é considerado normal ou desejável.

No capítulo 3, pautei-me no ponto de vista dos teóricos críticos urbanos que pensam a urbanização como um fenômeno de classe, que se estabelece em uma relação intrínseca com a desigualdade. Além disso, busquei destacar que as fronteiras urbanas que se desenham no Rio de Janeiro cotidiano foram também recrudescidas pelas hierarquias instituídas no período colonial. Cor de pele e situação

socioeconômica são fatores altamente conectados na capital carioca. Enquanto criador de divisões, o planejamento urbano também reproduz e autoriza certas hierarquias que se espraiam nas relações cotidianas. Nos locais onde as classes se encontram essa hierarquização é latente. As leituras de Foucault (1999) e dos Novos Materialistas (Coward, 2009, 2012; Lundborg & Vaughan-Williams, 2015) sobre a agência do espaço reforçam o poder das fronteiras no comportamento humano. Entretanto, estas fronteiras são também pontos de contato entre as classes, nas quais se dão as práticas de resistência. No Rio de Janeiro, a resignificação do espaço, como faz o caminhante de De Certeau (1998), é um método de protesto e/ou uma tática de sobrevivência.

Admito que tive dificuldade em determinar onde apareceriam as estórias nessa dissertação. Isso ocorre porque muitos dos fenômenos e práticas discutidos aqui atravessam esses casos: a autoridade do estado, a hierarquização de classes, as tentativas de resistência, a subversão do uso dos espaços e a transformação do anormal em modo de vida. Considero que elas têm em comum essa sensação de cidade partida. E partida não em dois ou três pedaços, mas em milhares deles. Uma infinidade de pedaços que uma visão binária não pode contemplar. Ver o rico e o pobre, o branco e o preto, o morador da Zona Sul e o da periferia, ou mesmo o homem e a mulher, aqui, foi apenas uma fração dessa infinidade de relações e interações que se negociam continuamente no *everyday*. Apossei-me das disparidades óbvias porque o forte contraste permite observar com mais clareza as fronteiras, mas sei que, de forma nenhuma, elas resumem (ou pretendem resumir) a realidade carioca.

Como uma pesquisadora das Relações Internacionais interessada no debate do Desenvolvimento, minha intenção neste trabalho foi fazer um movimento contrário aos estudos tradicionais deste campo: ressaltar as especificidades locais.

Se o planejamento urbano modernista teve seu auge no século XIX, no século seguinte, o que pode ser considerada a *era do desenvolvimento* foi inaugurada através do “*Point Four Speech*” do Presidente norte-americano Harry Truman (Rist, 2008, p.70). Como o planejamento urbano modernista, o desenvolvimento também foi fundamentado a partir do propósito de aprimorar as “áreas subdesenvolvidas” por meio dos “avanços científicos e progresso industrial” dos países mais ricos. Nessa nova fase, a perfectibilidade social já não era uma tarefa restrita às fronteiras

do estado-nação, mas também um compromisso assumido com aqueles países cujas vidas econômicas eram “primitivas e estagnadas” (Truman, 1949).

A “articulação do conhecimento e do poder” foi essencial para o estabelecimento do discurso do desenvolvimento (Escobar, 2001, p.278), que parecia agir no sentido de transformar a subjetividade, que as nações desenvolvidas consideravam “não-tão-racional”, do Terceiro Mundo. O preço da introdução destes “discursos econômicos dominantes” é que as práticas e significados locais também foram modificados (Escobar, 1988, p.438), afetando os modos de viver.

Apesar de inúmeros resultados falhos, a busca pelo desenvolvimento continua sendo um dos temas mais importantes da política no século XXI. E como na expectativa de crer para ver, as “promessas são incansavelmente repetidas e experimentos são constantemente reproduzidos” (Rist, 2008, p.23) na tentativa de gerar desenvolvimento.

Hoje, de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas⁵³ e, conforme suas projeções, aproximadamente 41 megalópoles abrigarão mais de 10 milhões de habitantes no ano de 2030. Por isso, nos últimos anos, as questões relacionadas ao desenvolvimento ganharam contornos cada vez mais urbanos e o planejamento das cidades acabou conquistando um espaço permanente na agenda global de desenvolvimento.

A Nova Agenda Urbana é um exemplo de estratégia surgida desse novo debate. Definido na Terceira Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável (HABITAT III) em 2016, o documento apresenta diversas diretrizes para garantir um crescimento urbano sustentável. Neste mesmo sentido, um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU foi designado especificamente para tratar dos problemas urbanos.

Enquanto as cidades desenvolvidas são frequentemente relacionadas a “torres altas, habitação financiada pelo governo, distritos financeiros e tratamento de esgoto”, as cidades dos países em desenvolvimento são mais comumente reconhecidas como as *portadoras das más notícias* porque expõem “favelas, mercados negros e

⁵³ Informações disponíveis em: <http://www.agenda2030.com.br/meta.php?ods=11>.

ausência da lei” (Khanna, 2016, p.292). É de extrema importância observar, no entanto, que os problemas urbanos não se restringem às cidades do chamado Terceiro Mundo. Conforme discutido aqui, parece existir uma forte conexão entre a urbanização e a desigualdade que não está restrita aos países em desenvolvimento. Meu interesse no Sul Global, manifestado pelo estudo de caso do Rio de Janeiro se deve também às especificidades definidas pelo caráter pós-colonial dessa categoria e, é claro, pelo fato de que é esse o ponto focal da atual agenda de desenvolvimento urbano global.

Ao contrário de reforçar uma grande narrativa desenvolvimentista, busquei observar o próprio cotidiano da cidade do Sul Global como repositório de ideias e possibilidades de mitigação da desigualdade nesses espaços. Assim, a intenção foi discutir o desenvolvimento urbano como um fenômeno que, apesar de ter sido tradicionalmente considerado uma força avessa à complexidade e à diversidade, pode, na verdade, se beneficiar delas.

Justifico a investigação da “relação corpo-cidade”, ou seja, a relação do cidadão com o espaço urbano, como uma estratégia para inverter a lógica tradicional do desenvolvimento, pautando-o não mais no aniquilamento das subjetividades locais e dos múltiplos modos de vida, mas partindo deles, aprendendo com eles.

Considerando que é possível vislumbrar um urbanismo pós-colonial – que rompa com o hábito de considerar as cidades do Sul Global como “cópias fracas” do urbanismo ocidental e que desestabiliza a própria noção do urbanismo como processo originalmente ocidental que foi mais tarde replicado pelo resto do mundo (Roy, 2011, p.310) – minha investigação pretende contribuir para pensar na possibilidade de transformação da cidade que não gire em torno de jogar o “*catch-up game* de Rostow”⁵⁴, ou seja sem “nenhuma teleologia da modernização, nenhuma escada do desenvolvimento para escalar” (Ibid., p.311).

⁵⁴ Ou seja, tentar reproduzir os passos das cidades nos países desenvolvidos para alcançar determinado grau de desenvolvimento.



Grafite da série “A RUA É TUA” em Botafogo (2017). Foto: Thales Moraes.

Há uma frase atribuída a Albert Einstein que diz “insanidade é continuar fazendo sempre a mesma coisa e esperar resultados diferentes”. Não podemos acreditar que o planejamento urbano feito nos moldes tradicionais possa solucionar os problemas que ele mesmo ajuda a construir há séculos: segregação, exclusão e desigualdade. Não se deve acreditar também, no entanto, que esses deslizos sejam despropositados, como grandes imprevistos que resultaram de boas intenções. Os estudiosos da Teoria Crítica Urbana estão há décadas ressaltando os efeitos das forças capitalistas neoliberais nas cidades. Se o planejamento urbano e a ciência caminham próximos, revolucionar o primeiro requer também adotar novas perspectivas para a segunda. Transformar o planejamento urbano parece exigir uma reorganização de papéis, dar voz àqueles cujos interesses estiveram até agora ignorados. No capítulo 4, defendi a metodologia do *standpoint* como uma oportunidade de renovar os modos a partir dos quais se pensa a vida urbana. O que é a cidade se a investigamos a partir das vidas femininas, negras, pobres, transexuais, periféricas? O direito à cidade vem desde a última parte do século XX

propondo uma agenda urbana pautada nos sujeitos marginalizados, mas há um longo caminho a percorrer. Sem dúvida, esta é uma árdua batalha. Consola, no entanto, o fato de que ela nunca se esgota e acontece diariamente nas ruas, nas praças, nos trens, nos shoppings, nas casas e no espaço público sob um único grito: *a cidade é tua.*

Referências bibliográficas

- AIBINDER, B. **Theoretical considerations on Oppressive Urban Regimes in Post-Olympic Rio Janeiro:** towards a new urban epistemology, MSc Thesis, Cardiff University, 2017.
- ACKERLY, B.A.; STERN, M.; TRUE, J. (Eds.). **Feminist Methodologies for International Relations.** Cambridge, Cambridge University Press, 2006.
- ACUTO, M. **Everyday International Relations:** Garbage, Grand Designs, and Mundane Matters. *International Political Sociology*, v. 8, n. 4, 2014.
- AKKERMAN, A. **Urban planning in the founding of Cartesian thought.** *Philosophy & Geography*, 4:2, p.141-167, 2001.
- BARBOSA, J. L.; COSTA, E. **Rolezinhos:** Territórios e territorialidades em ciberculturas. *Revista Z Cultural (UFRJ)*, v. 1, p.04-04, 2016.
- BATTY, M. **Building a science of cities.** 2011. Disponível em: <http://www.complexcity.info/files/2011/12/BATTY-CITIES-2011.pdf>
- BEEBEEJAUN, Y. Gender, urban space and the right to everyday life, *Journal of Urban Affairs*, 2016.
- BENCHIMOL, J. L. **Pereira Passos: um Haussmann tropical:** A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XXI. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.
- BRENNER, N. **What is critical urban theory?.** *City: analysis of urban trends, culture, theory, policy, action*, vol. 12, nº3, p.198-207, 2008.
- BOGADO, D. **Museu das Remoções da Vila Autódromo:** Resistência criativa à construção da cidade neoliberal. *Cadernos de Sociomuseologia*, [S.l.], v. 54, n. 10, 2017. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/5947> Acesso em: 16 jan. 2018.
- CARNEIRO, K. G. **Moradores de Rua e Produção do Espaço Urbano:** análise sobre Bogotá e Belo Horizonte sob uma perspectiva genealógica. Tese de doutorado, PROPP/PPG-PUC Minas, 2016.
- CASTELS, M. **The urban question.** London: Edward Arnold, 1977.
- COWARD, M. **Urbicide:** The politics of urban destruction. London and New York: Routledge, 2009.
- _____. **Between us in the city:** materiality, subjectivity, and community in the era of global urbanization. *Environment and Planning D: Society and space*, volume 30, p.468-481, 2012.
- DAUPHINEE, E.; INAYATULLA, N. **Narrative Global Politics:** Theory, history and the personal in *International Relations*. Abingdon: Routledge, 2016.
- DAVIES, M. **Everyday Life as Critique:** Revisiting the Everyday. In: *IPE with Henri Lefebvre and Postcolonialism.* *International Political Sociology*, vol. 10, no.1, p.22-38, 2016.
- DAVIS, M. **Planet of Slums.** New York: Verso, 2006.

- De CERTEAU, Michel. **A invenção do Cotidiano**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- DESROSIÈRES, A. **The politics of large numbers**: A history of statistical reasoning. Cambridge: Harvard University Press, 1998.
- DIAS, L. S. **Quem tem medo da capoeira?**. Rio de Janeiro, 1890-194. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Culturas, 2001.
- DO RIO, J. **A Alma Encantadora das Ruas**. Fundação Biblioteca Nacional, 1910.
- ENLOE, C. **The Mundane Matters**. *International Political Sociology* 5 (4), p.447-450, 2011.
- ESCOBAR, A. **Power and Visibility**: Development and the invention and management of the Third World. *Cultural Anthropology*. Vol. 3, No. 4 (Nov.), p.428-443, 1988.
- _____. **Development and the Anthropology of Modernity**. In: HARDING, S. *The Postcolonial Science and Technology Studies Reader*. Durhan and London: Duke University Press, 2011.
- FAINSTEIN, S. S. **Cities and Diversity**: Should We Want It? Can We Plan For It?, *Urban Affairs Review*, 41:3, 2005.
- FANON, F. **The wretched of the earth**. New York: Grove Press, 2004.
- FERRANTE, E. **A amiga genial**. Rio de Janeiro: Biblioteca azul, 2015.
- FILHO, Alfredo Pereira de Queiroz. Sobre as origens da favela, *Mercator, Fortaleza*, v. 10, n. 23, p. 33-48, set./dez. 2011.
- FOUCAULT, M. **Of Other Spaces**. *Diacritics*, Vol. 16, No. 1), p.22-27, 1986.
- _____. **Vigiar e Punir – Nascimento da Prisão**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- _____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- _____. **Segurança, Território e População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GEHL, J. **Cidades para Pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- GLAESER, E. L.; RESSEGER, M. G.; TOBIO, K. **Urban Inequality**. National Bureau of Economic Research, Working Paper No. 14419, 2008.
- GOODENOUGH, W. H. **Navigation in the Western Carolines**: A Traditional Science. In: HARDING, S. *The Postcolonial Science and Technology Studies Reader*. Durhan and London: Duke University Press, 2011.
- GROSGOUEL, R. **A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas**: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Revista Sociedade e Estado*, vol. 31, Nº 1 (janeiro-abril), 2016.
- HALL, T.; HUBBARD, P. **The entrepreneurial city**: new urban politics, new urban geographies?. *Sage Journals, Progress in Human Geography*, 20, 2, p.153-174, 1996.
- HARAWAY, D. **Saberes Localizados**: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu* (5), pp. 07-41, 1995.
- HARDING, S.; NORBERG, K. **New Feminist Approaches to Social Science Methodologies**: An Introduction. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, vol. 30, no. 4, 2005.
- HARDING, S. **The Postcolonial Science and Technology Studies Reader**. Durhan and London: Duke University Press, 2011.

- _____. **Rethinking Standpoint Epistemology**: What is “Strong Objectivity”? In: ALCOFF, L. & POTTER, E. (eds). *Feminist Epistemologies*, Routledge, 1993.
- HARTSOCK, N. **Money, Sex and Power**. Boston: Northeastern University Press, 1985.
- HARVEY, David. **From managerialism to entrepreneurialism**: The Transformation in Urban Governance in Late Capitalism. *Geografiska Annaler. Series B, Human Geography*, Vol. 71, No. 1, The Roots of Geographical Change: 1973 to the Present, p.3-17, 1989.
- _____. **The Right to the City**. *New Left Review* 53, September-October, 2008.
- _____. **O direito à cidade**. 2012. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/272071/mod_resource/content/1/dauid-harvey%20direito%20a%20cidade%20.pdf
- _____. **Rebel Cities**: From the Right to the City to the Urban Revolution. London and New York: Verso, 2012.
- HEKMAN, S. **Truth and Method**: Feminist Standpoint Theory Revisited, *Signs*, Vol. 22, No. 2, p.341-365, 1997.
- HOBBSAWM, E. **A Era das Revoluções**. Paz e Terra, 2009.
- INAYATULLAH, N. **Autobiographical International Relations**: I, IR. Abingdon: Routledge, 2011.
- INGOLD, T. **Anthropology is Not Ethnography**. *Proceedings of the British Academy*, 154, p.62-92, 2007.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA), Atlas da Violência, 2017. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/170602_atlas_da_violencia_2017.pdf
- INSTITUTO PEREIRA PASSOS. Índice de Desenvolvimento Social (IDS) e seus indicadores constituintes, segundo as Áreas de Planejamento, Regiões de Planejamento, Regiões Administrativas e Bairros - Município do Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/>
- JACKSON, P. T. **The Conduct of Inquiry in International Relations**. New York: Routledge, 2011.
- JACOBS, J. **Morte e Vida das Grandes Cidades**. Martins Fontes, 2011.
- KHANNA, P. **Connectography**. New York: Penguin Random House, 2016.
- KING, A. **Postcolonial cities**. New York: Elsevier, 2009.
- KITCHIN, R.; LAURIAULT, T.; MCARDLE, G. Knowing and governing cities through urban indicators, city benchmarking and real-time dashboards. *Regional Studies, Regional Science*, 2:1, 6-28, 2015.
- KITCHIN; LAURIAULT & MCARDLE, 2015
- KOSTOF, S. **A History of Architecture**: Settings and Rituals. New York: Oxford University Press, 1995.
- LEFEBVRE, H. **Everyday Life in the Modern World**. New York: Harper Torchbooks, 1971.
- _____. **The urban revolution**. Minneapolis: Minnesota University Press, 2003.
- _____. **O Direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2011.

- LUNDBORG, T.; VAUGHAN-WILLIAMS, N. **New Materialisms, Discourse analysis, and International Relations**: a radical intertextual approach. *Review of International Studies*, Volume 41, Issue 01, p.3–25, 2015.
- MARCUSE, P. **From critical urban theory to the right to the city**. *City: analysis of urban trends, culture, theory, policy, action*, vol. 12, nº3, p.185-197, 2008.
- MEHTA, S. **Bombaim**: Cidade Máxima. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- MOLINA, F. S. **A produção da “Cidade Olímpica” e o contexto do empreendedorismo urbano no Rio de Janeiro**. *R. B. Estudos Urbanos e Regionais*, V.16, N.2, p.63-79, 2014.
- MOURA, G. R.; COSTA, K. L.; PRESTES, R. R. **A Reforma Urbana do Rio de Janeiro nas Crônicas de João do Rio e Lima Barreto**. *Revista Historiador Número 05, Ano 05, dezembro de 2012*.
- NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.
- NEVES, D. P. **Os miseráveis e a ocupação dos espaços públicos**. *CADERNO CRH, Salvador, n. 30/31, p.111-134, jan./dez., 1999*.
- _____. **Habitantes de rua e vicissitudes do trabalho livre**. *Revista Antropolítica, Niterói, n. 29, p.99-130, 2010*.
- OBSERVATÓRIO SEBRAE. Painel Regional: Rio de Janeiro e Bairros, Rio de Janeiro: SEBRAE, 2015. Disponível em: https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RJ/Anexos/Sebrae_INFREG_2014_CapitalRJ.pdf
- O'DONNELL, J. **De olho na rua**: A cidade de João do Rio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- ONU. *World Urbanization Prospects The 2014 Revision*, 2014. Disponível em: <https://esa.un.org/unpd/wup/publications/files/wup2014-highlights.Pdf>
- OLIVEIRA, N. **O poder dos jogos e os jogos de poder**: os interesses em campo na produção de uma cidade para o espetáculo esportivo. Tese de Doutorado, IPPUR/UFRJ, 2012.
- PASTURA, A. F. P. **Imagens de Paris nos trópicos** (com textos inéditos de João do Rio), Rio de Janeiro: Vermelho Marinho, 2014.
- RAMALINGAM, B. **Aid on the Edge of Chaos**. *Rethinking International Cooperation in a Complex World*. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- RIBEIRO, L. C. Q. **Cidade desigual ou cidade partida?** Tendências da cidade do Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, L. C. Q. *O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2001.
- RIST, G. **The History of Development**: From Western Origins to Global Faith. London: Zed Books, 2008.
- ROBAINA, I. M. M. **Entre Mobilidades e Permanências** – Uma Análise das Espacialidades Cotidianas da População em Situação de Rua na Área Central da cidade do Rio De Janeiro, Tese de Doutorado, PPGG/UFRJ, 2015.
- ROY, A. **Postcolonial Urbanism**: Speed, Hysteria, Mass Dreams. In: ROY, A.; ONG, A. (Eds.). *Wording Cities: Asian experiments and the art of being global*, Wiley-Blackwell, 2011.
- ROLNIK, R. **O que é a cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

- _____. **Guerra dos Lugares**: A colonização da terra e da moradia na era das finanças, Tese de Livre-Docência, Faculdade de Arquitetura de Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2015.
- ROWSTOW, W.W. **The five stages of growth**, New York: Cambridge University Press, 1990
- SASSEN, S. 'Globalization or Denationalization?', *Review of International Political Economy*, 10:1, 2003.
- SASSEN, Saskia. Whose City Is It? Globalization and the Formation of New Claims, *Public Culture*, 8: 205-223, 1996.
- SCHINESTOCK, L. **Meme, Rolezinho e Violência Simbólica No Facebook: Um Olhar Dialógico**, Trabalho apresentado no XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, Santa Catarina, 2015.
- SCOTT, J. C. **Seeing Like a State**. Connecticut: Yale Agrarian Studies Series, Yale University Press, 1998.
- SHAH, H. **Race, Mass Communication, and Modernizations**: Intellectual Networks and the Flow of Ideas. *Journal Anti-racism & multiculturalism: studies in international communications*, p.21-54, 2010.
- SHAPIRO, M. J. **The Time of the City**: politics, philosophy, genre. London: Routledge, 2010.
- SMITH, T. W. **History and International Relations**. London and New York: Routledge, 1999.
- SOJA, E. **Postmodern Geographies**: The reassertion of space in critical social theory. London and New York: Verso, 1989.
- SÜSKIND, P. **O perfume**. Rio de Janeiro e São Paulo: Editora Record, 1985.
- TALEN, E. **The Social Goals of New Urbanism**. *Housing Policy Debate*, Vol. 13, Issue 1, 2002.
- TRUMAN, H. S. Point Four Speech, 1949. Disponível em: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=13282>
- VALLADARES, L. **A gênese da favela carioca**: A produção anterior às ciências sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 15 nº 44, 2000.
- VIANNA, G. S. B.; YOUNG, C. **Em busca do tempo perdido**: uma estimativa do produto perdido em trânsito no Brasil, *Revista de Economia Contemporânea*, p.403-416., 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rec/v19n3/1415-9848-rec-19-03-00403.pdf>.
- WEAVER, W. **Science and Complexity**. *American Scientist*, 36, p.536-544, 1948.
- WELDON, L. **Inclusion and understanding**: a collective methodology for feminist International Relations IN: ACKERLY, B.A.; STERN, M.; TRUE, J. (Eds.). *Feminist Methodologies for International Relations*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- YOUNG, B. 'The "Mistress" and the "Maid" in the Globalized Economy'. *Socialist Register*, pp.315-328, 2011.

ANEXO I

Lista de entrevistados

Caso *Intrusões*

Anônimo (idade não informada) - Vendedor – 28/11/2017*

Alinne Toledo Borges (26 anos) - Usuária da SuperVia - 04/12/2017**

Amanda Matos (20 anos) – Ex-vendedora - 02/12/2017**

Bruna Figueiredo (24 anos) – Usuária da SuperVia - 06/12/2017**

Deolinda Martins de Oliveira (72 anos) - Usuária da SuperVia - 30/11/2017**

Inês Nepomuceno Mendes (50 anos) - Usuária da SuperVia - 04/12/2017**

Isac de Oliveira (40 anos) – Vendedor - 02/12/2017**

Jhonnathan Ferreira (28 anos) - Usuário da SuperVia - 05/01/2018**

Maíla Bacelar (27 anos) - Usuária da SuperVia - 05/12/2017**

Tamirys Cerutti (26 anos) - Usuário da SuperVia - 30/11/2017**

Thamires Michael da Silva (26 anos) - Usuária da SuperVia - 04/12/2017**

SuperVia – Companhia de Trens Urbanos – 24/01/2018***

Caso *Casas Públicas*

Daphne Besen (idade não informada) – Ex-funcionária da Prefeitura do Rio de Janeiro - 20/01/2018**

Diana Bogado (idade não informada) – Professora Universitária, Pesquisadora, Integrante do Museu das Remoções - 25/12/2017**

João Paulo Quintella (idade não informada) – Curador do projeto *Céu Aberto: (R)existência e memória na Vila Autódromo* - 03/01/2018

Maria Julia Cheola Torres (idade não informada) – Ex-funcionária da Prefeitura do Rio de Janeiro - 27/12/2017**

Sandra Maria de Souza Teixeira (idade não informada) – Moradora da Vila Autódromo - 11/01/2018**

*Entrevista realizada pessoalmente;

**Entrevista realizada por telefone (conversa por áudio no WhatsApp);

***Entrevista realizada por e-mail.